



**Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**DO ÚTERO À ADOÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES FÉRTEIS
QUE ADOTARAM UMA CRIANÇA**

Ana Andréa Barbosa Maux

Natal
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DO ÚTERO À ADOÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES FÉRTEIS QUE
ADOTARAM UMA CRIANÇA

Dissertação elaborada sob orientação da Prof^a.
Dr^a Elza Dutra e apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Natal
2008

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBCCHLA

Maux, Ana Andréa Barbosa.

Do útero à adoção : a experiência de mulheres férteis que adotaram uma
criança / Ana Andréa Barbosa Maux. - Natal, RN, 2008.
118 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elza Dutra.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de
Pós-graduação em Psicologia.

1. Gênero – Dissertação. 2. Maternidade – Dissertação. 3. Adoção – Dis-
sertação. 4. Infertilidade – Dissertação. 5. Pesquisa fenomenológica – Disser-
tação. I. Dutra, Elza. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Tí-
tulo.

RN/BSE-CCHLA

CDU 396:314.336.6

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação *Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança*, elaborada por Ana Andréa Barbosa Maux, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 28 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elza Dutra

Elza Dutra

Prof.^a Dr.^a Symone Melo

Symone Melo

Prof.^a Dr.^a Terezinha Féres-Carneiro

Terezinha Féres-Carneiro

Pois o humano ainda me comove mais
do que a arte.

Lya Luft

Agradecimentos

À minha família, meus amores, que sempre estiveram comigo em toda a caminhada da vida. O incentivo, o humor, o carinho e a presença constante de vocês em minha vida alimentam e alegram meu coração.

À professora Dr^a. Elza Dutra, pela disponibilidade, dedicação, paciência e competência com que orientou este trabalho.

À professora Dr^a Symone Melo, pelo carinho e amizade que me acompanham desde os meus primeiros passos como psicóloga.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, pela convivência. Em especial à Tati e Carina, encontros valiosos nesta caminhada. Partilhar dúvidas, descobertas, alegrias, cansaço e, principalmente, amizade, enriqueceram minha vida.

Às amigas de todas as horas, Eti, Nanda e Mércia, que trouxeram conforto, apoio e doses infinitas de risos. É maravilhoso saber que vocês fazem parte da minha história.

Às primas, Jack, Waleska, Thê e Emília, pelos momentos de descontração, fundamentais para que eu pudesse aliviar as tensões e recarregar as baterias, ainda que isso significasse “farra”.

À Alexandre, pelo apoio durante o trajeto deste trabalho, sempre ouvindo com os olhos e acolhendo meus exageros e silêncios. Acompanhá-lo às aulas resgatou minha paixão pela pesquisa.

À Fátima, Francisca, Laíse, Marlene, Nildinha, Paulo, Raimunda e Suely, possibilitando que eu pudesse conciliar idas e vindas entre o trabalho e as atividades da Pós-Graduação, sem prejuízos ou queda na qualidade das tarefas cumpridas. Obrigada pelo carinho de vocês.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por viabilizar o desenvolvimento dos meus estudos, desde a graduação, e pelas condições de pesquisa oferecidas.

À 2^a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Natal, por viabilizar o acesso às participantes da pesquisa.

Às mulheres participantes deste estudo, que se disponibilizaram a dividir comigo um pouco de suas vidas, de forma acolhedora e amável.

Sumário

Resumo	vii
Abstract	viii
1. Introdução	09
1.1 – justificativa	13
1.2 – objetivos	18
2. A mulher e a maternidade no século XXI	20
2.1 – considerações sobre a maternidade na história	21
2.1.1 – a maternidade no Brasil	23
2.1.2 – gênero, identidade feminina e subjetividade	26
2.2 – o lugar da maternidade na vida da mulher neste novo milênio	31
2.2.1 – maternidade X paternidade	37
2.3 – maternidade e infertilidade	38
3. Adoção e maternidade	42
3.1 – a prática da adoção através dos tempos	42
3.2 – o interesse das pesquisas sobre adoção	46
3.3 – a influência da cultura dos laços de sangue	47
3.4 – adoção e infertilidade	51
4. Método	56
4.1 – procedimentos metodológicos	63
4.1.1 participantes	63
4.1.2 procedimento de coleta e análise dos dados	66
4.2 – o nosso olhar	68
4.2.1 – ser mulher e mãe no início de um novo milênio	69
4.2.2 – a responsabilidade pela vinda dos filhos	76
4.2.3 – ser mãe: o lugar do gestar e do cuidar	80
4.2.4 – a relação com o marido	88
4.2.5 – sentido de vida	95
4.2.6 – mitos, preconceitos, dúvidas: a vivência da adoção	99
5. Considerações finais	106
6. Referências bibliográficas	113
Anexo	

RESUMO

Mesmo com todas as mudanças e rupturas em relação aos papéis sociais exercidos pela mulher, a literatura tem confirmado que a maternidade ainda se configura como um dos principais papéis que ela espera desempenhar ao longo da vida. Quando não consegue engravidar ou levar adiante uma gestação, algumas mulheres encontram, na adoção de uma criança, uma alternativa para exercer o papel materno. Este trabalho buscou compreender a vivência de ser mãe por adoção no caso de mulheres férteis, mas cujo companheiro é infértil. Partiu-se de um referencial fenomenológico-existencial, utilizando-se como instrumento metodológico a narrativa. Participaram cinco mulheres, cujos processos de adoção tramitaram em uma Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Natal/RN. Os resultados mostram que, na constituição de sua subjetividade, a mulher constrói uma idéia de si mesma como alguém cujo principal papel consiste em colocar filhos no mundo, embora ela também considere natural sua participação em outras atividades fora do ambiente doméstico. Em casos de infertilidade masculina, há uma tendência para que a mulher também assuma a condição de infértil. A adoção passa a ser vista como alternativa para realizar o desejo de ser mãe e, ao mesmo tempo, agradar o marido, garantindo a continuidade daquela relação amorosa. Através dos cuidados maternos ela se descobre mãe, o que acrescenta um novo sentido para sua vida e o sentimento de realização, independente de ter gerado o filho. Contudo, também existe frustração, às vezes acompanhada de sofrimento, pela ausência da gravidez e parto. Ao final, o estudo enseja reflexões de que, para se realizar como mãe, a mulher não precisa, necessariamente, gerar filhos, sendo a maternidade uma das inúmeras possibilidades que lhes são apresentadas, e que ela pode escolher, ou não, realizar.

Palavras-chave: gênero; maternidade; adoção; infertilidade; pesquisa fenomenológica.

ABSTRACT

Even with all changes and ruptures related to the social roles that woman had performed, the literature had confirmed that the motherhood still configures it like one of the main roles that she hopes to play in some moment of her life. When the woman did not get pregnant or take ahead a pregnancy, some women find in adoption an alternative to play this role. This research aimed to understand the experience of being mother for adoption in the case of fertile women, but whose partner is infertile. Supported by existential-phenomenological theory, used it the narrative, how methodological instrument. Participated five women, whose adoption process followed the legal ways in the Youngness and Infancy Judgeship of Natal/RN. The results showed that in the selfish training, the woman to see herself how whose role principal is to generate children, although, she think that is natural her participation in others activities go out home too. In male infertile case is a tendency that the woman strikes the infertile status too. The adoption is an alternative to fulfill her desire of being a mother and, meanwhile, please her husband and guarantee the continuity of her love relationship. Through motherly care, the woman discover herself as a mother, what brings a new meaning for her live, independent of to generate a child. Though, exit frustration, sometimes, in association with suffering, on account of the pregnancy and childbirth absence. The end of the research suggests reflections that to become fulfilled herself as mother, the woman does not need, necessarily, to generate a child, being the maternity one of the uncountable possibilities that are shown, and that she can choose, or not, accomplish it.

Key-words: gender, motherhood, adoption, infertility, phenomenological research.

Introdução

Até meados do século XX a identidade social da mulher estava restrita aos papéis de esposa e mãe dedicada, ficando seus direitos circunscritos ao ambiente doméstico. Gerenciar sua casa era o cargo mais alto que a mulher poderia almejar. Na atualidade, novos papéis foram incorporados e a mulher já não mais permite ser reconhecida apenas pelos papéis e funções domésticos. O exercício de cargos públicos, inclusive o cargo de chefe de Estado¹, pode ser tomado como um exemplo definitivo de tal transformação, que não foi apenas da mulher, mas de toda a sociedade.

Mas, em especial nas sociedades orientais, a opressão e dependência feminina ainda são uma realidade cruel. As mulheres não são estimuladas a estudar, pois não se valoriza o conhecimento acadêmico, tendo em vista que a sua função é cuidar da casa e da família. São vigiadas a todo tempo e seguem sempre o que lhes é ditado pelos homens (pai, irmão ou marido), porque são eles quem tomam as decisões, inclusive sobre o destino delas. Enquanto o valor de uma moça está em sua virgindade, o de uma esposa está na quantidade de filhos que ela põe no mundo. “Uma mulher é valorizada ao se tornar mãe, principalmente se gera filhos homens. Não conseguir ter filhos significa não ser valorizada” (Seierstad, 2006, p. 274).

¹Alguns nomes: Margaret Thatcher (Reino Unido – mandato: 1979 até 1990); Mary McAleese (Irlanda – mandato: primeiro mandato em 1997 e recentemente desde 2004); Vaira Vike Freiberga (Letônia – mandato: desde 1999); Tarja Halonen (Finlândia – mandato: desde 2000); Angela Merkel (Alemanha – mandato: desde 2005); Maria do Carmo Silveira (São Tomé e Príncipe – mandato: desde 2005); Michelle Bachelet (Chile – mandato: desde 2006).

Sem desconsiderar as singularidades das diferentes culturas e os vários modos de ser femininos presentes em cada uma delas, a gestação de um filho permanece como um dos principais papéis e destinos da mulher.

Em nossa experiência como psicóloga em uma Vara da Infância e da Juventude (VIJ) atendendo mulheres (entre casadas, solteiras, viúvas) que estão se tornando mães através de um processo de adoção de criança/adolescente, comumente ouvimos, em referência a tal experiência, comparações do tipo *parece que ele nasceu da minha barriga* ou *parece que nasceu de mim; sinto como se tivesse dado à luz*. Independentemente de já terem ou não gerado filhos, a comparação à gravidez biológica chama a nossa atenção, posto que as mulheres fazem referência a essa experiência fisiológica para justificar sua alegria diante do novo papel que estão exercendo. Como se a comparação com uma gestação biológica fosse a melhor forma de expressar sua satisfação com a maternagem e esta se tornasse “mais importante”, se comparada a uma gestação.

Antes de prosseguirmos torna-se relevante definirmos maternagem e maternidade, uma vez que os termos são fundamentais para este trabalho.

Devido à capacidade de gerar – característica presente nas fêmeas dos animais, no caso em tela, na fêmea do homem – a gravidez aparece como seu principal papel na biologia da espécie. Fisiologicamente cabe à mulher perpetuar a raça humana. Devido a essa capacidade, ou poder, o discurso social construído promulgou a idéia de que os cuidados com a prole seriam também concernentes à natureza feminina. Contudo, a capacidade de gerar não carrega consigo a capacidade para cuidar, proteger. Dar à luz a uma criança não está diretamente associado a cuidar da mesma. “(...) a existência do útero não garante o cumprimento das funções maternas, na medida em que estas

implicam tutela, proteção, educação da prole, muito além do parto e da amamentação (...)" (Motta, 2005, p.70).

Na constituição histórica dos papéis de gênero, a maternidade e a maternagem foram percebidas como sinônimos, uma vez que faziam parte do papel destinado à mulher e, destarte, falar-se em mãe significava englobar a gravidez e os cuidados com a prole, que caracterizavam o amor materno. A boa mãe era aquela que abdicava de si mesma em favor daquele a quem ela gerou. "Foi o sacrifício inerente à maternagem que elevou a 'boa mãe' à condição santificada." (Teixeira, 1999, p. 19).

Desde que, a partir do século XVIII, à mulher foi entregue os cuidados com a família e as responsabilidades pelo seu bem-estar, ela tinha a função biológica de gestar e também o papel de educar e formar os filhos. Os médicos, cientistas sociais, pedagogos, psicólogos e psicanalistas contribuíram ainda mais para a propagação e internalização de tais papéis, responsabilizando-a pelo desenvolvimento emocional dos filhos. Eles defendiam a idéia de que as mulheres possuem um instinto materno e, portanto, seria natural que maternassem.

Durante muito tempo, gestar e cuidar estiveram relacionados à maternidade; no entanto, de acordo com Moura e Araújo (2004), há uma diferença entre estas funções, pois a primeira refere-se à função biológica, enquanto a segunda está vinculada ao que se denomina por cuidados maternos ou práticas de maternagem. Esta diferença também é apresentada por Santos (1998a), que acrescenta, neste conjunto de cuidados que são dispensados à criança, a formação de vínculos afetivos. A maternagem seria, portanto, de natureza social, enquanto a maternidade estaria inscrita no âmbito biológico e diria respeito à procriação. Aquela autora coloca que o desejo ou necessidade presente em algumas mulheres de vivenciar a maternidade não pressupõe o desejo pelo exercício da

maternagem, o que explica, não raras vezes, sua transferência a terceiros como avós, babás ou professores.

(...), pois o desejo/necessidade de gerar um filho pode ser resultante – ainda que não conscientemente – da pressão social que impõe às mulheres a assunção do papel de mãe, conforme modelo ideal traçado desde Rousseau² e que subentende a identificação absoluta entre o ser mulher e o ser mãe. Nesse sentido, um só pode se realizar no outro. (Santos, 1998a, p. 103).

É cada vez mais freqüente encontrarmos em reportagens, artigos ou depoimentos veiculados pela mídia, casos que retratam o abandono, o assassinato ou maus-tratos a que são submetidas crianças, vítimas daquelas que a geraram, numa demonstração de que dar à luz não antecede o cuidar ou proteger e este não está vinculado ao gerar. Também nossa prática tem mostrado que aquelas mulheres que não geram os seus filhos podem exercer de forma satisfatória os cuidados com uma criança e criar com ela vínculos de afeto.

Portanto, para o presente trabalho, o termo maternagem é usado para descrever o conjunto de cuidados maternos dispensado à criança e que possibilita a criação de laços de afeto, enquanto maternidade está associada à questão biológica de gestação de uma criança.

Os motivos que levam as pessoas a adotar uma criança são diversos. Algumas das mulheres que atendemos buscam a adoção por não conseguirem gestar os próprios filhos, devido a problemas reprodutivos, como miomas, ovários policísticos e outras questões de ordem fisiológica que a impedem de engravidar ou levar adiante a gestação; ou, ainda, devido a causas desconhecidas que os médicos diagnosticam como “de fundo emocional”. Outros casos, porém, não são devido a uma dificuldade sua, mas a uma impossibilidade de seu parceiro. Ou seja, fisiologicamente elas podem gerar, mas em

² Rousseau, com a publicação de *Émile* (século XVIII) descreve o papel feminino como restrito ao lar, sendo “natural” da mulher ser boa esposa e mãe dedicada. Foi a partir dessa obra que surgiu o termo “amor materno”.

função da relação afetiva com um homem infértil, decidem pela adoção. Com tal atitude, elas vão de encontro às pesquisas (Teixeira, 1999; Scavone, 2001; Trindade & Enumo, 2002; Borlot & Trindade, 2004; Souza & Ferreira, 2005) que apontam ser, ainda, a maternidade, um papel considerado indispensável para grande parte das mulheres na atualidade.

Para aquelas mulheres, ser mãe através da adoção de uma criança, sem viver a experiência da gestação biológica, tem alguma relevância em suas vidas? Como elas se sentem em relação a esta questão? A curiosidade por compreender melhor o que significava para tais mulheres, biologicamente férteis, ser mãe por adoção, nos motivou a estudar o assunto, nos levando ao presente estudo.

1.1 – justificativa

A sociedade espera que a mulher, através da gravidez, realize o que Beauvoir (1949/ 1961) chamava de “destino fisiológico” o que, conseqüentemente, colocaria a gestação de uma criança como sua vocação ‘natural’. Aquela autora levantava críticas a este respeito, defendendo que a mulher, enquanto ser humano, não deve ficar reduzida à natureza. Então, ter um filho não deveria ser sua busca e seu destino final.

O ser humano, enquanto ser social, está em constante processo de construção de si mesmo, na medida em que realiza escolhas dentre as inúmeras possibilidades que o seu existir lhe possibilita. Destarte, não há como reduzi-lo a sua fisiologia. Em relação à maternidade, a mulher tem um grande poder, qual seja, de procriar e perpetuar a espécie. Poder este, até os dias atuais – mesmo com o avanço da medicina – insubstituível. O que vemos é que as mudanças ocorridas nos papéis sociais, tanto de homens como de mulheres, nos últimos anos, tem mostrado que estas podem exercer funções antes somente possíveis aos homens. Contudo, ainda aprendem, desde crianças,

que a gestação de um filho é um dos principais papéis que irão desempenhar em suas vidas. Desde pequenas as meninas já são incentivadas a reproduzir papéis considerados femininos, o que pode ser exemplificado através das brincadeiras de casinha ou de bonecas, onde elas exercem, respectivamente, o papel de dona-de-casa e de mãe.

Com frequência – e em especial em datas como dia das mães e Dia Internacional da Mulher – são veiculadas propagandas que reportam à idéia da realização máxima feminina com a gestação de um filho. São imagens de gestantes sorrindo e acarinhando sua barriga enquanto o texto enaltece a figura da mulher. Recentemente um jornal local³ apresentou uma reportagem sobre uma mulher, mãe de 34 filhos, e a matéria iniciava com a frase: “Que mulher não sonha um dia ser mãe?”, numa clara expressão de como a sociedade percebe a maternidade.

Termos como “mulher seca”, “útero vazio” ou “maninha” são expressos quando se deseja fazer referência àquelas que não cumprem este “destino natural”.

A pressão social para que sejam mães pode levar muitas mulheres a se sentirem culpadas quando não conseguem, por motivos diversos, engravidar. Vale salientar que a culpa é outro aspecto incorporado pelas mulheres em sua educação há milênios. Essa culpabilidade, considerada por Vasconcelos e Andrade (2004) como quase existencial, tem forte influência da religião e da moral. A mulher está sempre se culpando pelo não cumprimento das expectativas dos outros sobre ela, sejam familiares ou sociais.

A influência religiosa nos ensina que a mulher, desde a criação do mundo, quando Eva leva Adão a comer o fruto proibido⁴, é a responsável pelos males da humanidade. A redenção feminina veio com Maria, mãe de Jesus, exemplo de boa esposa e mãe dedicada. Modelo que passou a ser o idealizado a partir do século XVIII,

³ Jornal Tribuna do Norte (Natal/RN), domingo, 3 de Junho de 2007.

⁴ Livro do Gênesis 3, 6.

inicialmente nos países europeus e, posteriormente, no Brasil, e que permanece até os dias atuais.

Quando um casal não consegue gerar uma criança a adoção aparece como uma das soluções, juntamente com as Técnicas de Reprodução Assistida (TRA), para a realização do desejo por filhos. Para grande parte dos casais que procuram a 2ª VIJ da Comarca de Natal a adoção é percebida como a última tentativa para realizar o sonho de ter filhos, o que também é apontado pela literatura sobre o assunto (Weber, 2001).

Os casais, cujo motivo pela ausência de filhos se dá por causa da infertilidade, normalmente percorreram um longo e doloroso caminho por consultórios médicos e clínicas especializadas em reprodução assistida, antes de chegar à VIJ. Geralmente a peregrinação pelas clínicas médicas, submetendo-se a consultas e exames diversos é iniciada pela mulher, primeira a se sentir culpada pela ausência da gravidez, reportando-nos ao mito da culpa feminina e da responsabilidade da mulher pela procriação.

O que temos percebido em nossa experiência com casais que buscam a adoção é que a mulher tende a, nesta fase, novamente se mostrar responsável pela infertilidade, não sendo raros os casos para os quais ouvimos a justificativa de que “nós não podemos gerar filhos”, quando a não geração do filho se dá por problemas do homem. Diferentemente, quando a dificuldade médica está na mulher, isto costuma ficar claro já no início das entrevistas, com expressões como “ela não pode”, “eu não posso”.

Nossa proposta com o presente trabalho é contribuir com as reflexões sobre a questão do ser mulher, em especial da experiência de ser mãe. Gerar um filho não se caracteriza como uma “vocação natural”, mas como uma das inúmeras possibilidades a que a mulher pode escolher, ou não, realizar.

Nossa perspectiva teórica, apoiada na psicologia fenomenológico-existencial de inspiração heideggeriana, pensa o homem como um ser com capacidade de crescimento e transformação constantes, que vai se constituindo a partir das relações consigo mesmo, com outros homens e com seu meio, em especial com as pessoas que lhes são significativas.

Quando o homem nasce, ele é lançado em um mundo que não foi por ele escolhido. Ressaltamos que para Heidegger (1979) o mundo diz respeito ao conjunto das condições geográficas, sociais, econômicas e históricas em que uma pessoa está inserida. Para fazer parte desse mundo torna-se necessário que exista um outro que lhe reconheça como uma pessoa singular, que lhe aceite e acolha. Para Heidegger (1979), a característica fundamental do existir humano é ser-com-os-outros. No contato com o mundo, através das relações com outros homens, com as coisas e consigo mesmo, cada pessoa internaliza o mundo de forma singular, própria. Não esquecendo, claro, que a característica de ser com os outros faz com que cada pessoa seja única, mas carregue em si seu tempo, sua sociedade. Como reafirma Safra (2004, p. 25) “cada pessoa é única e múltipla, pois ao mesmo tempo em que se individualiza, o faz presentificando seus ancestrais e aqueles com quem compartilha sua existência.”.

A partir dos atos de apropriação das coisas do mundo, o homem constrói a sua existência interior e pessoal, que aquele filósofo vai definir por existencialidade ou transcendência.

A existencialidade é o que torna o homem um ser de possibilidades. Ao apropriar-se do mundo ele o faz de maneira própria e pessoal. As coisas passam a ter um sentido para ele e, sendo um ser em constante movimento em seu existir, o sentido que dá as coisas também acompanha esta característica de provisoriedade.

A experiência humana da vida é, originalmente, a experiência da fluidez constante, da mutabilidade, de inospitalidade do mundo, da liberdade; a segurança não está em parte alguma. E isto não é uma deficiência do existir como homens, mas sua condição, quase como sua natureza. (Critelli, 2006, p. 20-21).

Esta fluidez suscita uma constante angústia no homem porque ele se depara com sua finitude e, conseqüentemente, com a finitude das coisas do mundo, contribuindo para que a todo instante ele tente arranjar formas de controlar, segurar, manter fixo algo que não o é. Conforme o pensamento de Heidegger, o ser humano não é um ser acabado, fixo, e por isso mesmo, encontra-se sempre diante de uma série de infinitas possibilidades. “É o sentido de ser o que preocupa a fenomenologia, porém, compreendendo de antemão que todo saber a seu respeito nunca é senão relativo e provisório” (Critelli, 2006, p. 25)

Sob a nossa ótica, a adoção aparece para a mulher como uma das possibilidades para ela ser mãe. Tal escolha, entretanto, não é tomada sem angústia, uma vez que esta implica perdas. A escolha por ter um filho por adoção significa decidir não tê-lo biologicamente, no caso das mulheres fisiologicamente férteis.

Por ser este um trabalho que fala sobre os modos de ser feminino na sociedade atual, apresentando um outro olhar sob a questão da maternidade, contribui tanto para a literatura sobre gênero como para o aprofundamento e a divulgação de estudos sob a ótica fenomenológico-existencial.

Estudar a adoção sob a ótica de mulheres férteis que optaram pela maternidade adotiva também é relevante enquanto conhecimento sobre o tema da adoção, uma vez que o mesmo, embora atualmente bastante presente na mídia, através de debates, reportagens e até novelas, não aparece com a mesma freqüência na academia.

Psicólogos, assistentes sociais, juízes, promotores, advogados e demais profissionais que trabalham na área de adoção sentem a necessidade de capacitação e

conhecimento científico sobre a temática (Weber, 1999). Sendo insuficiente o número de trabalhos, é grande a lacuna científica que possa auxiliar aqueles profissionais em sua prática diária. Desta maneira, a presente pesquisa poderá fornecer subsídios para a capacitação daqueles profissionais, contribuindo para um melhor desempenho dos mesmos em suas funções.

1.2 - Objetivos

Optar pela adoção de uma criança/adolescente significa não ter a experiência da gravidez, pelo menos não desse filho. Nossos objetivos com o presente trabalho foram, portanto, compreender como as mulheres de maridos inférteis vivenciam a experiência da adoção; conhecer seus sentimentos em relação à decisão pela adoção; investigar em que aspectos a adoção afetou o relacionamento afetivo com o companheiro e visualizar seus projetos futuros no que diz respeito à maternidade.

Partilhando com o leitor nossas reflexões sobre a experiência da maternidade de algumas mulheres, desejamos que o trabalho aqui exposto contribua para o debate a respeito dos modos de ser do feminino na atualidade.

Nosso caminho se inicia com um resgate histórico sobre a construção daquilo que conhecemos por “instinto materno” até a visão atual da maternidade e o lugar ocupado por esta na subjetividade da mulher nesse início de milênio. Ainda nesse capítulo, apresentamos algumas observações sobre o papel do homem nesta questão, além da relação entre maternidade e infertilidade. No capítulo seguinte, prosseguindo com esta reflexão, apresentamos a adoção e como sua prática, através dos tempos, acabou por associá-la a uma solução de problemas para casais sem filhos. Também discorreremos sobre o interesse que o tema tem gerado no meio acadêmico e a predileção social pelos laços de sangue em desfavor dos laços de afeto. O capítulo quarto traz, de

forma detalhada, os procedimentos metodológicos por nós utilizados e também a interpretação dos resultados, tecendo considerações entre o que foi por nós compreendido, em diálogo com os autores da temática estudada. Concluimos com o capítulo dedicado às considerações finais, seguido das referências bibliográficas.

2. A mulher e a maternidade no século XXI

Estamos no início do século XXI. Também vivenciamos um novo milênio. A cultura na qual estamos inseridos tem falado muito sobre a igualdade entre os gêneros, mas ainda apresenta a mulher como voltada para a maternidade. O presente capítulo tem por objetivo refletir a respeito do lugar ocupado pela maternidade na constituição da subjetividade feminina neste início de milênio. Partimos de um resgate histórico a respeito da construção da função materna na sociedade ocidental até os nossos dias, trazendo também algumas considerações sobre a infertilidade e o quanto a incapacidade para gerar os próprios filhos afeta a mulher.

Ressaltamos que, para o presente trabalho, consideramos o termo infertilidade como a incapacidade (temporária ou permanente) de conceber um filho. Calcula-se que 1/3 dos casos estão associados ao homem, 1/3 devido a problemas relacionados à mulher, e o outro 1/3 resultante de uma combinação de fatores que dizem respeito ao casal ou a causas inexplicáveis.⁵

2.1 – considerações sobre a maternidade na história

A dedicação integral e incondicional da mãe ao o filho, compreendida como uma característica natural da mulher, sendo então considerada um “instinto” materno é, de acordo com Badinter (1985) um mito constituído a partir do século XVIII e aparece descrito em discursos filosóficos, médicos e artísticos da época. Antes daquele século a literatura não apontava para uma valorização dos cuidados da mãe com os filhos.

⁵ Tradução livre das informações contidos em <http://www.asrm.org/>

Aliás, o pouco interesse que esses cronistas demonstraram pelas mães amantes, ou dedicadas, tende a provar que esse amor não tinha então um valor social e moral. Isso mostra que sobre essas mulheres privilegiadas não pesavam nem ameaças, nem culpabilidade de nenhum tipo. No máximo poderíamos ver nelas um caso inteiramente excepcional e atitude espontânea. (Badinter, 1985, p. 87)

Até o século XVII, segundo Ariés (1981), ainda encontramos a família constituída pelo pai, mãe, várias crianças, empregados e agregados, todos partilhando do mesmo espaço da casa, que servia tanto para abrigar aquelas pessoas como para receber – amigos ou vendedores – e fazer negócios. Ou seja, ali se trabalhava e se vivia, não havendo separação entre o público e o privado.

A diminuição da mortalidade e a melhoria na perspectiva de vida graças ao desaparecimento dos grandes flagelos como guerras e a peste negra, contribuiu para um aumento populacional. Tornou-se imprescindível uma maior atenção e cuidados com as crianças, contribuindo para sua sobrevivência e garantindo o crescimento populacional – o que significava, para a burguesia, tanto um aumento da mão-de-obra, como da clientela. A família passou a ter novo valor: tornou-se a principal formadora do novo cidadão.

A partir daí, modifica-se o foco de atenção e a figura da mãe passou a ser exaltada, sendo sua importância crucial para a sobrevivência das crianças, que até então eram entregues, tão logo nasciam, a uma ama-de-leite, com quem passavam os primeiros anos de vida, caso sobrevivessem à falta de cuidados e negligência.

As mulheres foram convocadas a assumir as suas atividades como mães, enfocando-se o argumento de que a maternidade lhes era instintiva e tudo o que ela acarretava também, ou seja, seria a mulher, naturalmente, capacitada para parir, nutrir, cuidar e formar os filhos. Mas apenas o discurso incentivando as mães a cuidarem dos filhos não era suficiente para operar mudanças. Aconteceu, então, uma modificação também no conceito de família. O discurso passou a contemplar também os homens, ou

melhor, a relação entre eles e as suas mulheres; a incentivar o casamento por amor e a relação de igualdade entre os cônjuges. A família ganhou novos valores, baseados no espaço privado, e na valorização da mãe como responsável pela administração do lar e formação da prole. Ao pai cabia a manutenção e a ordem familiar. Pensava-se ser isso a igualdade entre os cônjuges e o que garantiria a felicidade de toda a família.

O sentimento de família nuclear, composta apenas pelo casal e seus filhos, começa a se esboçar entre os séculos XVI e XVII, mas somente no século seguinte ele se faz realmente presente. Agora a casa é vista como um lar, reservada à família nuclear, ambiente privado, com valorização da intimidade entre seus membros e voltada para os cuidados com as crianças. Esse novo modelo familiar fora criado segundo uma concepção de homem e de mulher. Aquele, visto como possuidor de uma natureza diferenciada e superior às mulheres e crianças. Assim, exercia a autoridade que lhe era natural sobre a esposa e os filhos (Moura e Araújo, 2004).

Percebe-se, nas mudanças que conduziram ao novo modelo familiar, que o papel conferido à mulher passou a estar diretamente relacionado ao de mãe. Ariés (1981), descrevendo a forma de tratamento que recebiam as mulheres dentro do ambiente doméstico confirmou a maternidade como estruturante de sua identidade: “O marido dava à mulher o mesmo nome pelo qual a chamavam as crianças: mamãe” (Ariés, 1981, p. 267).

O discurso social passou a ser aquele que enfatiza a importância da atenção e assistência aos filhos, consequência natural da união entre os membros do casal, cabendo à mãe os cuidados diários das crianças. O argumento social era baseado na biologia e pregava-se que, “uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à ‘natureza feminina’ a educação e os cuidados com a prole.” (Moura & Araújo, 2004, p. 46). O modelo de mãe passou a ser aquele apresentado pela

Igreja Católica, ou seja, Maria, uma pessoa doce e sensata, que se comporta com modéstia e ponderação e cujas ambições não ultrapassam as fronteiras do lar (Badinter, 1985). Além do que, é absolutamente devotada aos filhos. O exercício da maternidade passou a ser não mais uma imposição, mas a atividade mais aguardada e desejada da mulher. Aquelas que se desviavam de seu “destino natural” passaram a ser vistas ou com desprezo ou como dignas de piedade.

2.1.1 - A maternidade no Brasil

No Brasil, a enorme variedade de tradições existentes em decorrência das diferentes culturas que aqui chegaram ou por aqueles que aqui já estavam (os índios), tornou lento o processo de mudança para o modelo de família moderna europeia e, conseqüentemente, para o modelo de maternidade em sua forma santificada e idealizada.

Os primeiros europeus que aqui chegaram, ainda no século XVI, não vieram acompanhados de suas famílias, ligando-se às índias e, posteriormente, às negras. As relações amorosas normalmente eram consensuais, apoiadas no compromisso informal entre as partes. Havia grande mobilidade geográfica dos homens – fosse em busca de trabalho, fosse para lutar nas revoltas e guerras, ou para explorar novas terras – e a constituição de laços familiares tornava-se algo pouco adequado. Era comum o abandono da companheira e filhos advindos das relações amorosas consensuais. Cabia, então, à mulher, sustentar-se e aos filhos.

Em muitas vilas e cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, o sistema de concubinato e as ligações transitórias eram comuns, havendo enfraquecimento da autoridade do pai e muitas famílias dependentes da mãe. Eram, conforme Del Priore (2000), lares pequenos e com poucos integrantes. Não era incomum a prática do aborto,

o infanticídio ou o abandono de crianças. Havia ainda situações em que os filhos eram entregues aos parentes e vizinhos para que fossem por eles criados. Percebemos que o ideal da família burguesa e da mãe abnegada e dedicada ao extremo aos seus filhos, realizando-se na maternidade, não se aplicava. No nordeste a situação era um pouco diferente, pois tínhamos a família patriarcal das elites, caracterizada por ser “grande e complexa, constituída, além do casal e filhos, por parentes e diversos agregados vivendo sob o mesmo teto” (Del Priore, 2000, p. 73).

Falci (2006), descrevendo a realidade das mulheres no sertão nordestino durante os primeiros séculos de colonização do Brasil, diferencia a vida daquelas da elite “treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prezadas domésticas’ (...)” (p. 249) e as mulheres menos afortunadas, que trabalhavam com vendas de doces, bordados, aulas de piano, enfim, atividades que lhes garantissem sustento.

Mesmo com as particularidades de cada região percebemos que, de maneira geral, existiam as mulheres de elite, educadas dentro dos padrões da “família tradicional”, e as mulheres pobres, cujo sustento da casa muitas vezes era fruto do seu trabalho fora do ambiente doméstico.

Buscando a multiplicação das famílias, tanto para povoar a colônia como para difundir os valores cristãos conforme já acontecia na Europa, mulheres brancas começaram a ser trazidas com maior frequência para o Brasil para contrair matrimônio e, assim, constituir a família cristã, com os brancos que por aqui já estavam. Mas, somente com a chegada da família real, em 1808, os valores europeus começaram a ganhar força. Um conjunto de medidas higiênicas passou a ser tomado pelo Estado. Funda-se a Faculdade de Medicina e muitas idéias novas sobre higiene e saúde passam a ser difundidas pouco a pouco entre as famílias das classes altas. E, conforme nos aponta Costa (1989) “A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando,

simultaneamente, normas coerentes de organização interna. (p. 109)

As cidades passam a se desenvolver, bem como a vida burguesa, tornando-se cada vez mais definidos os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família, que é caracterizado pela valorização da intimidade, uma das características do modelo tradicional familiar.

Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família 'burguesa e higienizada'. Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a idéia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou 'estranhos'(...). (D'Incao, 2006, p. 229)

Outras pessoas, que não a mãe, poderiam maltratar e, quem sabe, matar a criança. Os higienistas passaram a exaltar qualidades *próprias* às mulheres e que atestariam a incompetência masculina. "A tática oportuna consistia em mostrar, primeiramente, aquilo de que ela, e só ela, era capaz" (Costa, 1989, p. 261).

Na ideologia dos Anos Dourados (década de 1950) o tripé formado pela maternidade, casamento e dedicação ao lar já fazia parte da "essência feminina" da mulher brasileira, valorizada tanto pelos homens como pelas mulheres da época.

Nas décadas de 60 e 70, já recebendo maior influência do feminismo Europeu, surgiu no Brasil o que se denominou de produção independente "(...) o imaginário libertário dos anos sessenta produziu um discurso de repúdio a qualquer forma de dominação masculina sobre as mulheres, situação atribuída à maternidade que, portanto, as mulheres deveriam evitar." (Szapiro & Féres-Carneiro, 2002, p. 182).

A influência do pensamento feminista e o desenvolvimento dos métodos contraceptivos, em especial a pílula anticoncepcional e, mais adiante, o desenvolvimento das Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR) ou Técnicas de Reprodução Assistida (TRA), contribuíram para uma mudança na maneira de se

compreender a maternidade, que passou a não mais ser concebida como um destino do qual a mulher não poderia fugir, mas como uma escolha livre e autônoma, uma opção. As TRA permitiram não só à mulher controlar o número de filhos que deseja ter, como também recusar-se a pôr no mundo, da puberdade à menopausa, uma quantidade ilimitada de filhos. (Roudinesco, 2003). No Brasil observamos uma queda da taxa de fecundidade, que declinou de 2,7 filhos em 1992 para 2,4 filhos em 2002⁶.

2.1.2 – gênero, identidade feminina e subjetividade

Quando Simone de Beauvoir (1949/ 1961) – discorrendo a respeito da construção social do que é ser mulher, em seu livro intitulado *O Segundo Sexo* – afirmou que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1949/ 1961, p.09 v. 2), inaugurou um novo questionamento a respeito dos papéis femininos na sociedade ocidental. Como disse Roudinesco (2003), o livro causou incômodo principalmente por ter sido escrito por uma mulher, lançando um novo olhar sobre questões relacionadas ao gênero feminino. Beauvoir defendeu que a inferioridade feminina não é natural e sim construída socialmente. Afirmou que “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.” (Beauvoir, 1949/ 1961, p.09 v. 2).

Beauvoir (1949/ 1961) distinguia o ser mulher da maternidade. Para ela, as relações de poder que caracterizaram a sociedade patriarcal, permitindo aos homens pensar e tratar a mulher como propriedade, como um ser que deve obediência, sendo-lhe sempre submissa, tem explicação no privilégio biológico. Devido às suas características corporais, limitações de força física e a sua capacidade de gerar filhos – tal qual a terra que gera os frutos e permite a perpetuação da vida – uma identidade feminina, com

⁶ Dados oficiais do IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>

características como gerar e cuidar, acabou por ser criada, transmitida e introjetada, tanto nos homens quanto nas próprias mulheres. A maternidade encontra-se, então, na base do ser mulher.

Através da crítica a esta identidade feminina, Beauvoir (1949/ 1961) defendia a existência da mulher como um ser cujas capacidades são, em muito, superiores ao que a sociedade determina como sendo inerente a todas as mulheres, defendendo o direito pela não geração de filhos, uma vez que entendia ser a maternidade um destino do qual a mulher deveria tentar escapar.

Seu pensamento serviu de bandeira para as feministas nos anos 60. Na busca pela conquista de igualdade de direitos, as mulheres passaram a questionar os papéis que lhes eram atribuídos. As reflexões levantadas por este movimento a respeito da naturalização daquilo que seria próprio do homem e da mulher fizeram surgir o termo gênero.

As feministas questionavam as relações de desigualdade entre os gêneros, além do papel subordinado e obediente das mulheres em relação aos homens. A maternidade, com a justificativa de que servia ao homem para manter a mulher submissa, restrita ao lar e aos cuidados com os filhos, passou a ser alvo de discussões.

O conceito de gênero veio opor-se à idéia de que as diferenças biológicas seriam determinantes nas relações entre homens e mulheres. Como bem definem Negreiros e Féres-Carneiro (2004), o gênero é a expressão cultural das diferenças entre os sexos, constituindo-se, portanto, em um produto social, aprendido, representado e transmitido de geração em geração. E que, assim, vai definindo os modos de ser do homem e da mulher na sociedade.

Nas relações de gênero não estão em foco as diferenças biológicas presentes em cada sexo, mas a valorização social, o que se pensa e se diz sobre as diferenças, “ou seja, o que vai ser construído como pertencente ao feminino e ao masculino, em uma época, em uma cultura, em um *ethos*”. (Braga, 2005, p. 137).

Biologicamente existem diferenças que caracterizam o macho e a fêmea. Partindo dessas diferenças anatômicas a sociedade patriarcal definiu o que seria característico do homem – como força, agressividade, determinação e liderança – e o que seria próprio da mulher – submissão, dependência, docilidade e dedicação à família. Características opostas e hierarquizadas, cabendo ao homem o papel superior. Então, a partir dessas questões de gênero as identidades do homem e da mulher são delineadas, o que acaba por aprisionar as pessoas em determinados modos de ser socialmente estabelecidos e que irão delinear as formas de cada pessoa se assumir no mundo.

“Poderíamos chamar de identidade de gênero as características humanas relacionadas às condições reais ou convencionais, que exprimem a masculinidade ou a feminilidade e que identificam comportamentos e expectativas definidas pela sociedade.” (Cuschnir & Micheloti, 1999, p. 131). Desta forma, comportamentos que consideramos como masculino ou feminino não são definidos pelo fator genético, mas constituem aprendizados da vida social que todos adquirem ao longo da vida em uma determinada cultura e que, no caso da Ocidental, estabelece o homem como superior. Conforme afirma Biasoli-Alves (2000), mesmo diante das mudanças e rupturas ocorridos ao longo da história Ocidental no que tange à imagem e papel da mulher, os valores e expectativas (relacionados com fragilidade, cuidados com a prole e com o lar) permanecem existindo, ainda que com outra roupagem, e exercendo influência no modo feminino de estar no mundo.

As formas de se assumir no mundo, a percepção, os comportamentos e atitudes que a mulher vai desempenhar estão diretamente ligados à imagem que tem de si mesma. Esta imagem, conforme já mencionamos, é construída e reconstruída durante toda a existência, através das relações estabelecidas com o mundo, consigo mesma e com os outros. Tais idéias nos remetem à noção de identidade.

De acordo com o dicionário Aurélio (Ferreira, 1988), identidade seria “o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa; o reconhecimento de que um indivíduo, morto ou vivo, é o próprio.” Poderíamos, então, pensar a identidade como aquelas características com as quais eu me reconheço como sendo eu mesmo. Porém, este conceito também carrega em si a idéia de fixação, permanência, não estando em concordância com a nossa forma de perceber o homem como um ser que está se constituindo durante toda a sua existência.

Ademais, o termo identidade remete também ao que é igual. Das mulheres espera-se uma postura acolhedora, dócil e obediente. Desde crianças suas brincadeiras estão voltadas para os cuidados da casa e dos filhos. Ainda hoje elas são ensinadas a sacrificar e negligenciar suas próprias necessidades para suprir as necessidades dos outros e para potencializar os projetos de vida dos maridos e filhos. O esquecimento de si e a dedicação ao cuidar do outro passam a ser marcas registradas de seu comportamento. (Diniz, 2006). Cria-se, então, uma identidade feminina, aquilo que socialmente seria comum e esperado de todas as mulheres. Essa identidade seria uma forma de estar no mundo, considerada por Moreira e Dutra (2006) como subjetividade assujeitada, que acompanha um dado *script*, um modo de vida *a priori*, que sustenta o modelo de produção dominante, no nosso caso, o capitalismo.

Mas, em cada um de nós existe algo que nos diz que somos nós mesmos. Algo que se assemelha ao que Carl Rogers (1991) definia por auto-conceito ou *self*, ou seja, o mundo íntimo e privado de cada ser humano e que serve como referência para as percepções que cada pessoa tem de si. Moreira e Dutra (2006), falando a respeito deste mundo individual, dessa subjetividade, a definem como um modo de existir que permite a pessoa ser afetada pelo fluxo de suas experiências e, portanto, possibilitando um constante devir. Este modo de existir seria, para aquelas autoras, o responsável por manter acesa “a luz do desassossego, exercitando cotidianamente o movimento de construção e desconstrução.” (Moreira & Dutra, 2006, p. 52).

Moreira (2004), estudando a experiência de mulheres que permaneciam em sofrimento amoroso percebeu que as participantes de sua pesquisa tinham seu auto-conceito estruturado em função do outro, de seus valores, necessidades e expectativas. Como aquela autora percebeu nas narrativas das mulheres por ela entrevistadas “parece ser mais fácil sacrificar-se, assumir as dificuldades oriundas do relacionamento, abrir mão de projetos, enfim, prejudicar-se, a ver o outro sofrer” (Moreira, 2004, p. 83). Questionamo-nos, então, como seria a relação amorosa das mulheres que adotaram uma criança/adolescente devido à infertilidade do seu companheiro?

2.2 – o lugar da maternidade na vida da mulher neste novo milênio

Nos últimos cinquenta anos, as mudanças acontecidas na sociedade ocidental, no que diz respeito ao papel da mulher, contribuíram para uma diminuição nas taxas de natalidade, o que pode ser explicado pelo fato de muitas mulheres mostrarem-se interessadas em outros aspectos de sua vida, em especial fora do ambiente doméstico, passando a ter outros interesses que não apenas a maternidade. (Borlot & Trindade, 2004).

Com a descoberta da pílula anticoncepcional e o desenvolvimento de outros métodos contraceptivos, somado a outras transformações sociais como aumento da escolarização feminina e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o conceito que elas passaram a ter de si mesmas foi abrangendo outras características mais sociais, externas ao ambiente doméstico. A maternidade passou a ser incluída, ou não, nos projetos de vida de muitas mulheres, não sendo mais um destino inevitável, mas uma possibilidade que pode, ou não, se concretizar.

Badinter (1985), em estudo sobre o amor materno, defendeu a construção histórico-social desse sentimento de devotamento incondicional aos filhos, defendendo que ele não deve ser pensado como instinto característico das mulheres. Apresentando resultado de algumas pesquisas realizadas em países europeus na década de 80, já observava mudanças no comportamento feminino em relação à maternidade, confirmando que, para grande parte das mulheres daquele continente, a feminilidade não está mais diretamente associada com a maternidade, sendo inteiramente possível ser uma mulher realizada sem filho. O devotamento incondicional é visto, então, como um sentimento adicional e não exclusivo da mãe, uma vez que os pais da atualidade dedicam-se e cuidam dos filhos com semelhante afeto. As mulheres hoje “(...) não só já não desejam ter filho para merecer o título de ‘mulher realizada’, como exigem para aceitar procriar, que se partilhem com elas todos os encargos da maternagem e da educação.” (Badinter, 1985, p. 356). Constroem-se, assim, outros valores familiares, com reconfigurações de papéis, sendo os homens solicitados, e porque não dizer oportunizados, a participar da educação dos filhos, dividindo com a mulher as tarefas diárias com as crianças.

No Brasil, a educação das mulheres ainda carrega forte influência do modelo de família tradicional burguesa, sendo o casamento e a vinda de filhos um projeto indispensável para grande parte das mulheres, o que é confirmado por diversos estudos nacionais (Teixeira, 1999; Scavone, 2001; Trindade & Enumo, 2002; Borlot & Trindade, 2004; Souza & Ferreira, 2005).

Teixeira (1999), concordando com o valor dado à maternidade, afirma que

O amor, o casamento, a constituição da família e a maternidade antes vivenciados segundo os moldes preestabelecidos, passaram a conviver com outros projetos individuais, criando assim, novas demandas e novas ansiedades. Partindo dessas mudanças no 'estilo de vida', parece-nos ser hoje perfeitamente normal a mulher não desejar ser mãe. E embora o 'ser mãe' não figure mais como o único objetivo das mulheres, a maternidade continua tendo um peso considerável no imaginário social. (Teixeira, 1999, p. 70).

Ou seja, ainda que outros projetos façam parte da vida da mulher atual, a maternidade permanece na constituição de sua subjetividade.

Segundo Scavone (2001), vivemos um período de transição para um novo modelo familiar baseado não mais na definição de papéis entre homens e mulheres, mas na equidade e responsabilidade parental. Porém, tal realidade está ainda distante de ser alcançada, pois pressupõe uma relação de igualdade entre homens e mulheres. A maternidade, fortemente associada à feminilidade, dificulta tal mudança. De acordo com aquela autora, para se sentir completa, a mulher deve gerar e cuidar de seus filhos, e muitas se encontram divididas entre realizar seus projetos pessoais de independência e ser mãe.

Souza e Ferreira (2005), investigando a existência de diferenças entre mães e não-mães, no que diz respeito à auto-estima pessoal e coletiva, concluíram que os estereótipos tradicionais, que vinculam a maternidade à condição feminina continuam a exercer forte influência na construção da subjetividade das mulheres. Afirmaram aquelas autoras que “as concepções de maternidade como algo inerente à natureza

feminina ainda se fazem presentes nas representações de grande parte das mulheres (...)" (Souza & Ferreira, 2005, p. 20), o que também foi percebido por Trindade e Enumo (2002), que investigando as representações sociais da infertilidade feminina definem como "triste e incompleta: é assim que se sentem as mulheres impedidas de viver o que os dados apontam como a realização feminina: a glória da maternidade. Além disso, sentem-se pressionadas, solitárias, frustradas e inferiores" (Trindade e Enumo, 2002, p. 10).

Em estudo realizado por Borlot e Trindade (2004), afirmam as autoras que para a maioria das entrevistadas, "(...) à medida que elas se tornam mães, elas se tornam 'inteiras', 'completas' (Borlot e Trindade, 2004, p. 68). Como se sentem, então, as mulheres que mesmo podendo gerar os filhos abdicam dessa capacidade? Para aquelas que, biologicamente podem "completar-se" com a maternidade, como é a experiência de decidir não vivenciar a gravidez, tornando-se mães através da adoção de uma criança devido à infertilidade de seu companheiro? Para essas mulheres, o fato de não gestarem filhos interfere em sua feminilidade? Alimentam fantasias de um dia engravidar? Percebem mudanças no relacionamento conjugal? Através da compreensão de como as mulheres que podem gerar seus próprios filhos vivenciam a opção pela adoção, devido à infertilidade de seus parceiros, buscamos responder a essas questões.

Embora a literatura nacional confirme que, mesmo com as mudanças e rupturas na imagem da mulher ao longo da história, ainda seja grande sua expectativa em relação aos papéis de dona de casa e mãe, mudanças já são apontadas, como relatou Mansur (2003b), em pesquisa realizada com mulheres que não tiveram filhos. Mesmo seus resultados caminhando na mesma direção dos demais no sentido de perceber que para algumas mulheres a maternidade é compreendida como destino e completude, sendo sua falta causadora de sofrimento, para uma minoria, chamadas de 'transformadoras' ou

‘manifestantes precoces’, a não-maternidade constitui uma opção consciente, sem angústias ou incertezas.

A maternidade tardia também é outro fenômeno em crescimento na sociedade atual. Mulheres estão optando por realizar-se profissionalmente, assegurando uma situação financeira estável antes de partir para o projeto de ter filhos. O trabalho, conforme afirma Teixeira (1999), pode ser considerado como um dos aspectos que definem a subjetividade da mulher, mesmo considerando que “algumas mulheres percebem a convivência dos novos papéis – o de mãe e o de mulher trabalhadora – de maneira ambígua, em virtude do que consideram ser ‘deveres maternais’ – maior dedicação à família e aos filhos, em detrimento das atividades fora do lar, mesmo que provisoriamente.” (Teixeira, 1999, p. 70).

Cuschnir e Micheloti (1999), relatando a experiência de grupos terapêuticos formados por mulheres afirmam que “a maternidade é um tema bastante vigente, em especial quando esbarra diretamente com o contexto profissional.” (Cuschnir & Micheloti, 1999, p. 140).

Ou seja, o que vimos nos últimos anos foi uma ampliação dos aspectos que caracterizam o que seria próprio da identidade feminina, envolvendo papéis fora do ambiente doméstico e que denotariam maior firmeza e liderança, além de um maior poder de decisão da mulher, em especial a respeito da procriação. Apesar das mudanças, contudo, a maternidade continua na base da constituição da subjetividade da maioria delas.

E para os casais e/ou pessoas que desejam ter filhos, mas encontram dificuldades para gerá-los, seja por problemas de infertilidade – que atinge tanto homens quanto mulheres – ou por impossibilidade de gestar devido ao adiamento da gravidez em favor de outros projetos, já existem soluções oferecidas pelo avanço tecnológico. As TRA

constituem “procedimentos da medicina de reprodução humana que substituem o ato sexual na concepção.” (Luna, 2005, p. 396). Dentre as mais conhecidas estão a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* – ou bebê de proveta. Por tratar-se de procedimentos em que se utiliza gametas, estes podem ser da própria pessoa ou de um doador. No caso de infertilidade severa do homem e opção do casal por uma inseminação artificial, pode-se fertilizar o óvulo da mulher com sêmen de um doador anônimo. (Luna, 2005). Do ponto de vista genético, a criança seria, então, filho da mãe com um homem que não o seu marido e futuro pai da criança, o que poderemos considerar como um tipo de “adoção” unilateral.

O avanço científico nesta área de reprodução humana possibilita à mulher da atualidade gestar um filho sem a necessidade de um companheiro ou de uma relação sexual. Os progressos nessa área abriram caminho “(...) para uma possível substituição das relações sexuais por uma intervenção médica” (Roudinesco, 2003, p. 161). Inclusive já há quem questione até a função dos homens para o futuro da humanidade. De forma humorada, mas não menos reflexiva, a jornalista americana Maureen Down (2006), em seu livro intitulado *Os homens são necessários?* questiona a importância dos homens na atualidade, seja para tarefas simples como pagar uma conta, ou situações mais elaboradas, como reproduzir, chegando a considerá-los artigos de luxo para as mulheres deste novo milênio.

A mulher pode dispor da doação de sêmen através dos bancos de esperma existentes nas clínicas reprodutivas. Em países europeus, desde a década de 70 do século XX, e no Brasil, pouco mais de uma década depois, esta técnica já vem sendo utilizada e difundida, tanto em casos de infertilidade masculina total, quanto como solução encontrada por mulheres (solteiras, viúvas, homossexuais, enfim, sem companheiros homens), que desejam engravidar. Os avanços tecnológicos na área da

procriação estão permitindo à mulher “dispor ou não dispor do homem para procriar, sobretudo a clonagem reprodutiva, que vem ameaçar séculos de supremacia do sêmen.” (Braga & Amazonas, 2005, p. 13). Assim, o homem vai cada vez mais, perdendo sua imprescindibilidade na concepção de uma criança.

2.2.1 – maternidade X paternidade

Mudanças no conceito de família e, conseqüentemente, as transformações nos papéis considerados masculino e feminino são uma realidade. Atualmente a sociedade já espera uma maior participação do pai na criação dos filhos e no exercício das atividades domésticas, e a contribuição financeira da mãe para a economia familiar. Este novo conceito de família, segundo Negreiros e Féres-Carneiro, (2004), coexiste em nossa sociedade atual com o que definem por ‘modelo antigo’, que sustenta a divisão de papéis de gênero, sendo o masculino sinônimo de trabalho e virilidade, enquanto o feminino está relacionado com recatamento e exercício da maternidade.

Apesar das mudanças, o ‘modelo antigo’ ainda se faz muito presente e, como conseqüência do processo de socialização, a maternidade aparece como condição estruturante da identidade feminina; e o sucesso profissional, uma necessidade para a construção da identidade masculina (Trindade, 1999). A paternidade, então, é concebida como voluntária, não havendo questionamentos ou repreensões sociais aos homens que optam por não ter filhos, o que não acontece quando a opção parte da mulher.

Costa (2002), em pesquisa realizada com homens atendidos em um laboratório de reprodução humana, concluiu que a paternidade é por eles percebida como um projeto, um desejo que surge como conseqüência de um outro projeto: o casamento. Assim, a paternidade passa a ser fundamental apenas para os homens casados. A masculinidade para os solteiros, de acordo com aquela autora, está associada com falta

de responsabilidades e liberdade sexual, e não à paternidade. Percebemos, portanto, que a maternidade para as mulheres não é vista da mesma forma que a paternidade para os homens, mesmo com as mudanças já observadas, como é o exemplo da reivindicação dos homens a respeito de sua participação nos cuidados diários com os filhos, o que Costa (2002) define por ‘dimensões femininas da masculinidade’. Para os homens, contudo, o trabalho remunerado e o sustento dos filhos, mais do que simplesmente concebê-los, permanece na base da masculinidade, o que retoma a consideração de Trindade (1999) sobre a relação entre identidade masculina e sucesso profissional, que possibilita maior ganho financeiro e, conseqüentemente, sustento para a família.

2.3 – maternidade e infertilidade

As mudanças pelas quais passaram as mulheres ao longo dos séculos, somadas às TRA, nos permitem afirmar que elas ocupam um novo lugar na sociedade, o qual lhes possibilita, na atualidade, decidirem-se pela maternidade sem que haja necessidade da presença física de um homem para, juntamente com elas, gerarem um filho. Teixeira (1999) afirma que “são crescentes as experiências das mulheres que, libertas do vínculo procriação-casamento, passaram a encarar a maternidade como expressão de realização pessoal, como um projeto individual, independente de ter ou não um companheiro” (Teixeira, 1999, p. 31-32)

O que pensam as mulheres que, biologicamente aptas para gestar, decidem pela adoção de uma criança devido ao fato de o seu companheiro ser infértil? Ainda que se afirme que “a gravidez não resolve o problema de identidade da mulher, posto que ela também se sente mulher quando não está grávida (...)” (Braga & Amazonas, 2005, p. 16), estudos atuais apontam para uma visão (ainda) identitária da maternidade para a mulher. Em especial nos setores populares, a gestação de um filho é idealizada e

compreendida como salto qualitativo em suas vidas (Trindade & Enumo, 2002). “A falta de maternidade é freqüentemente encarada como uma falha que envolve o próprio auto-conceito da mulher. Não sendo mãe, que mulher é essa?” (Motta, 2005, p. 63). A idéia de que maternidade é sinônimo de realização para as mulheres, estando na base de sua feminilidade é, portanto, culturalmente disseminada.

Braga e Amazonas (2005) afirmam que, no atendimento clínico com mulheres que apresentam dificuldades para engravidar, a necessidade de um filho com o intuito de se sentir mais segura e mais mulher fez-se presente em muitas delas. “Uma mulher grávida se dá a ver, parece que passa a existir. A gravidez dá visibilidade ao feminino.” (Braga & Amazonas, 2005, p. 16). Apesar de todas as mudanças e transformações sociais a maternidade continua considerada como “um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza.” (Scavone, 2001, p. 56).

A capacidade de gestar uma criança é exclusiva da mulher sendo, portanto, um elemento que a caracteriza. Ser mãe passa a ser uma conseqüência do ser mulher. E o que pensam aquelas que não gestam, que não engravidam de seus filhos, mas os têm por adoção?

Sendo a maternidade percebida como estruturante para a subjetividade da maioria das mulheres, diferentemente da paternidade, encarada como um projeto para os homens, naturalmente dificuldades na área reprodutiva serão vistas diferentemente por mulheres e homens. De acordo com estudo realizado por Costa (2002)

ser estéril mostrou ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta. Pelo fato de comumente a esterilidade masculina estar associada à impotência, não conseguir ter filhos relaciona-se, para os homens, à sexualidade e ameaça sua virilidade. Já para as mulheres a esterilidade ameaça sua feminilidade porque as impede de cumprir sua vocação feminina ‘natural’ de mãe. Assim, a esterilidade é um elemento que pode colocar, por vias distintas, tanto a masculinidade quanto a feminilidade em patamares mais baixos do

gradiente de hierarquia de ‘mais ou menos’ masculino/feminino. (Costa, 2002, p. 344).

Independente dos motivos, e sendo a proporção dos mesmos similar para homens e mulheres, a dificuldade em gerar filhos afeta o casal, embora os atinja de modo diferente. A estreita relação entre a capacidade biológica de gestar um filho e o “instinto materno” leva a mulher a assumir a culpa e responsabilizar-se pelo fracasso de uma não gestação. Prova disso é que, quando um casal não consegue gerar filhos, a mulher é, na quase totalidade das vezes, quem primeiro se submete a exames médicos, “e ela mesma assume a responsabilidade pelo problema, com reflexos quase inevitáveis sobre seu autoconceito”. (Trindade, 1999).

Quando a gestação não acontece e os exames médicos confirmam ser um, ou ambos, os membros do casal, inférteis, alternativas devem ser buscadas. A adoção de uma criança surge como uma das possibilidades possíveis, caso desejem levar adiante o planejamento pela vinda de filhos. É sobre isto que falaremos no capítulo seguinte.

3 – Adoção e maternidade

Atualmente, conforme nos confirmam Schetinni, Amazonas e Dias (2006), a adoção já não é vista como uma filiação de segunda ordem ou como o derradeiro recurso empreendido por casais que não podem ter filhos pelas vias biológicas. Hoje ela é definida como uma outra possibilidade de se constituir uma família e que tem iguais possibilidades reais de ser tão satisfatória quanto a filiação biológica.

Podemos entender adoção como o processo no qual uma pessoa, ou um casal, assume uma criança/adolescente gerada por outras pessoas, permanentemente como filha. Quando esta filiação não segue os trâmites legais, tendo os pais adotivos registrado o filho diretamente em cartório, dizemos se tratar de uma *adoção à brasileira*, prática ilegal⁷ e que, até a década de 80 do século passado, constituía cerca de 90% das adoções realizadas no país. (Weber, 2001).

3.1 – a prática da adoção através dos tempos

Não se sabe precisar desde quando a prática da adoção está presente na história da humanidade, mas, conforme descreve Paiva (2004), os escritos bíblicos já mencionam casos envolvendo adoção de crianças, como a história de Moisés⁸. No decorrer dos tempos esta prática recebeu vários significados, desde religiosos até

⁷ Lei 2.848, de 07.12.40, Art. 242: Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil.

⁸ Por volta de 1250 a.C. foi determinado pelo faraó que todas as crianças israelitas do sexo masculino que nascessem deveriam ser mortas. A mãe de um desses meninos decidiu colocá-lo em um cesto à beira do rio na esperança de que se salvasse. A criança foi encontrada pela filha do faraó, que a adotou. Futuramente esta criança veio a se tornar o herói do povo hebreu. (Livro do Êxodo 2, 1-10)

políticos, sendo valorizada ou não, conforme a cultura e o modo de pensar de determinada época.

Na antiguidade greco-romana era dever da família cultuar seus mortos e, portanto, a descendência era de extrema importância, pois cabia aos filhos manter viva a memória de seus ascendentes através dos ritos e banquetes fúnebres. Então, para aqueles que não geravam filhos a adoção era “o último recurso para escapar à temida desgraça da extinção dos cultos domésticos” (Paiva, 2004, p. 37). Aqui já percebemos a adoção relacionada com problemas de infertilidade, uma vez que as pessoas que adotavam eram justamente aquelas que não tinham uma descendência biológica.

Na Idade Média, antes do século XVII, conforme já mencionamos em capítulo anterior, os bebês eram entregues às amas de leite e com elas passavam longos períodos, até retornarem aos cuidados dos pais biológicos. Ainda não havia o modelo de família composta somente por pais e filhos, de maneira que aquelas crianças, quando retornavam para casa, passavam a pertencer a toda a comunidade, como membro da mesma.

O Cristianismo trouxe novos valores religiosos, garantindo aos cristãos a vida eterna após a morte, mesmo para os que não possuíam filhos. Aliás, para evitar que filhos adulterinos ou incestuosos fossem reconhecidos, a Igreja não valorizava a adoção. E também por não estar em acordo com os interesses dos donos dos feudos. São criadas as rodas dos expostos⁹, que serviam para abandonar anonimamente os bebês indesejados. Assim, nessa época, a adoção ficou em desuso.

⁹ Ou roda dos enjeitados, consistia em um cilindro rotatório de madeira, onde as pessoas depositavam as crianças e, girando o cilindro, do outro lado alguém das santas casas de misericórdia recebiam o bebê.

A partir da Idade Moderna a adoção ressurgiu no cenário mundial. Conforme Weber (2001), graças à infertilidade de sua esposa, Napoleão Bonaparte introduziu a adoção no Código Civil, o que acabou por ser também seguido em leis de diferentes países e, gradualmente, a adoção consolida-se nas legislações e recupera sua aceitação pelas famílias. Mas, foram as mudanças advindas das duas Grandes Guerras Mundiais que colocaram a adoção sob outra ótica, qual seja, a das crianças e adolescentes órfãos.

Com o término da Segunda Guerra a grande quantidade de órfãos passou a preocupar os governantes, e a solução encontrada para resolver a situação foi, partindo da valorização dessas crianças e adolescentes como sujeitos de direito, proporcionar-lhes um lar, o que poderia ser conseguido através da prática da adoção. Desde então, arranjar famílias para as crianças desamparadas passou a ser regra entre os países Ocidentais.

Cabe aqui ressaltar que em algumas culturas a prática da adoção acontece com naturalidade, fazendo parte do dia-a-dia das pessoas, uma regra social. Como exemplo, Weber (2001) traz a experiência das Ilhas Tonga, localizadas no Pacífico Sul, a Polinésia Francesa e diversos países africanos (não muçumanos).

No Brasil, a prática de adotar crianças/adolescentes se faz presente desde a época da colonização. Inicialmente esteve relacionada com caridade, em que os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres. Cultivava-se o hábito de manter no interior da casa os filhos de outros, chamados “filhos de criação”, não sendo sua situação formalizada, servindo sua permanência em uma família como oportunidade de se possuir mão-de-obra gratuita. (Paiva, 2004). Portanto, foi através da caridade cristã e da possibilidade de trabalhadores baratos, que a prática da adoção foi construída no País.

Schetinni Filho (1998b) ressalta que ainda hoje existe uma prática similar àquela do “filho de criação”, conhecida por “circulação de crianças”, normalmente pela casa de parentes ou padrinhos que possuem situação financeira mais abastada. Difere da adoção nos termos atuais porque não há compromisso legal, e também porque, ao primeiro sinal de desobediência ou contestação de autoridade feito pela criança/adolescente, ela é devolvida para os pais.

No século XIX, precisamente em 1828, esta prática aparece em nosso Código Civil, e com a função de solucionar o problema dos casais sem filhos. (Paiva, 2004). Mudanças foram ocorrendo no decorrer das décadas até culminar com o atual Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta a prática da adoção no Brasil e que coloca como prioridade a garantia, às crianças e adolescentes, dos seus direitos, dentre os quais a convivência familiar.

As leis nacionais inicialmente privilegiavam os filhos biológicos em detrimento dos adotivos, valorizando o chamado *laço de sangue*, dando ao fator biológico um status superior. Segundo Weber (1999), com o E.C.A desaparecem, do ponto de vista legal, quaisquer tipo de discriminação entre filhos adotivos e biológicos.

Embora, legalmente, o E.C.A tenha possibilitado falar em igualdade de direitos para filhos biológicos e adotivos, para esta lei a adoção aparece como *medida excepcional* de colocação de criança e adolescentes em uma família, posto que prega ser primeiramente um direito daqueles serem criados em suas famílias de origem (ou biológica). Qual a garantia de que a família de origem goza de condições morais e psíquicas melhores que uma outra família? O fato de terem parentesco consanguíneo? Nesse sentido questionamos até que ponto a lei superou a diferença de status entre essas duas formas de filiação.

3.2 – o interesse das pesquisas sobre adoção

No Brasil, as produções sobre a temática da adoção ainda são escassas e, conforme aponta Weber (1999), o primeiro trabalho acadêmico sobre o tema data de meados da década de 80 do século XX. Desde então, o cenário nacional mudou pouco, diferente do que acontece em outros países. Siega e Maciel (2005) acrescentam que, mesmo sendo uma prática corrente em nossa sociedade, cientificamente pouco tem sido o conhecimento produzido aqui.

Os trabalhos iniciais sobre a adoção recaíam sobre os filhos adotivos e utilizavam como sujeitos da pesquisa aqueles que eram pacientes clínicos, principalmente os encaminhados à psiquiatria ou às clínicas psicológicas, contribuindo significativamente para difundir a idéia de que adoção estaria ligada aos distúrbios psiquiátricos, problemas de ajustamento social e também os problemas de aprendizagem. Servir-se da população clínica “(...) causou sérios problemas especialmente em relação aos estigmas criados de que as crianças adotivas caracteristicamente apresentam maior incidência de problemas de ajustamento sócio-emocional e que a adoção em si é um fator de risco.” (Berthoud, 1997, p. 56).

A partir da década de 80 do século passado, grande parte das pesquisas passou a comparar filhos adotivos com aqueles que haviam sido criados com seus pais biológicos e a maioria concluía não ser possível observar diferenças significativas entre os participantes. Eram estudos como o realizado por Borders, Black e Pasley (1988), que estudaram 72 grupos de filhos adotivos e seus pais, comparando-os com pais e filhos não adotivos e cujo objetivo era verificar se os adotivos estariam ‘em risco’ para o desenvolvimento de distúrbios. Os resultados não revelaram diferenças e a conclusão a que chegaram os autores foi a de que procurar deficiências ou patologias nas crianças adotadas é um modo inadequado de pensar pesquisas e trabalhos com esta população.

Também Santos (1998b), comparando 12 grupos formados por pais e filhos adotivos com igual número de pais e filhos não adotivos, avaliando aspectos da interação entre eles, chegou a resultados semelhantes e concluiu que, caso a adoção seja adequadamente ‘gestada’ (refletida, planejada), as possibilidades que terão as famílias por adoção de serem felizes serão as mesmas que têm as famílias não adotivas.

Os estudos comparativos (adotados X não adotados), como os acima citados, não apontavam diferenças significativas. Atualmente a sugestão é a de que os estudos sejam realizados entre pessoas adotadas e outras populações que se encontram em situação familiar de risco, como o caso das crianças/adolescentes abrigados (Weber, 1999; 2001).

3.3 – a influência da cultura dos laços de sangue

Pensamos que a decisão por tornar-se mãe (e também pai) ultrapassa a questão consangüínea. Uma mulher pode decidir-se por exercer os cuidados maternos de uma criança/adolescente que não foi por ela gerada da mesma forma como pode escolher entregar aos cuidados de terceiros uma criança a quem acabou de dar à luz. Ser mãe deixa de ser uma consequência natural da gravidez e parto de uma criança para ser uma escolha consciente. Ou seja, a atitude perante um filho, o sentir-se mãe de alguém, não depende exclusivamente do aspecto biológico, mas de um vínculo afetivo. Claro que escolher ser mãe, por exemplo, implica sê-lo para alguém e esta pessoa, caso não surja na vida desta mulher pela gestação, poderá vir através da adoção.

Concordamos com Schetinni Filho (1998a) quando afirma que a decisão por uma adoção já é, em si, uma escolha que vem a se diferenciar da cultura que valoriza os laços de sangue, confirmando que o ser humano é livre para fazer suas escolhas, não sendo ele determinado tão somente pela sua cultura. Contudo, não podemos esquecer a

influência cultural nas decisões pessoais, o que leva algumas pessoas a se sentirem frustradas e tristes quando não conseguem atender às expectativas sociais no que diz respeito à reprodução.

Em pesquisa sobre a adoção em uma população de classe média, Vieira (2004) concluiu que prevalece na adoção o desejo de imitar a biologia. Por mais que se exalte o valor da convivência e dos laços afetivos, aqueles que adotam preferem crianças de pouca idade e com características físicas próximas às suas, o que aquela autora percebe como uma atitude clara de reproduzir da maneira mais fiel possível a experiência que teriam se houvessem concebido o filho, mostrando quão forte é a influência cultural, que privilegia os vínculos de sangue. “Faz parte de nosso ideal de família **concebermos**¹⁰ filhos e que esses filhos vivam conosco.” (Vieira, 2004, p. 37)

A cultura dos *laços de sangue* surge a partir do modelo de família patriarcal formado por pai, mãe e filhos. O vínculo biológico passou a ser valorizado e apontado como superior a qualquer outro e, ainda hoje, se mostra muito presente em nossa sociedade. Segundo Wegar (2000) esta cultura que privilegia o aspecto biológico exerce influência na sociedade de forma geral, incluindo as famílias, os profissionais que trabalham com a adoção de crianças/adolescentes e os pesquisadores da temática, contribuindo para que muitas pesquisas tenham sido e ainda sejam produzidas relacionando a adoção com questões da saúde mental. E isso causa impacto negativo nas famílias adotivas, que acabam por se sentirem menores, como uma subcategoria.

¹⁰ Grifo nosso

Berthoud (1997) defende que a cultura da influência dos laços de sangue para o desenvolvimento emocional de uma pessoa é injustificada, apresentando os resultados de uma pesquisa por ela realizada, na qual conclui que o preconceito mais grave da população em geral sobre a adoção de uma criança/adolescente está relacionado ao desconhecimento sobre a herança genética. Para os participantes de sua pesquisa, adotar uma criança/adolescente nessas condições poderia ser um risco, já que poderiam adotar alguém com ‘sangue ruim’, aquele com traços negativos de comportamento e personalidade.

Valorizamos os nossos genes e os consideramos superiores aos dos outros. Assim, não é incomum os pais adotivos tomarem para si, para a educação dada ao filho, a responsabilidade das conquistas e vitórias deste. Por outro lado, culpar os pais biológicos (o ‘sangue ruim’ ou inferior) pelas dificuldades ou quaisquer outras questões vistas como negativas na vida do filho.

Esta cultura, que valoriza os laços consangüíneos em detrimento dos laços afetivos, também está relacionada a outras questões fundamentais na reflexão sobre a adoção, quais sejam: o medo dos pais adotivos de serem abandonados pelo filho, e a dificuldade para revelar ao filho sobre sua história de vida.

Os pais, cujo filho é adotivo, muitas vezes se sentem inseguros sobre os vínculos afetivos desenvolvidos entre eles, fantasiando que um dia o filho desejará conhecer os pais biológicos e nesse encontro o ‘sangue’ falará mais alto, optando ele por ficar com a família genética. De acordo com Schetinni Filho (1998a), tal insegurança decorre da interpretação que os pais adotivos fazem da adoção como uma espécie de interferência no fluxo natural da vida daquele filho, algo como se seu lugar fosse ao lado dos pais biológicos. O grande poder atribuído aos laços consangüíneos, considerados indissolúveis, leva muitas pessoas a considerar os pais biológicos como “verdadeiros”.

Então, a qualquer tempo que este reencontro se der, o ‘sangue’ provará sua força e os pais adotivos serão preteridos em relação à família biológica.

Este receio de ser rejeitado pelo filho é o que leva muitos pais a decidir não contar para a criança/adolescente sobre a história de sua adoção. As conseqüências práticas dessa decisão são a apresentação, para o filho, de histórias fantasiosas, pois, para manter o segredo sobre a adoção, os pais precisam criar outras histórias e tentar colocá-las no lugar daquela. Passam a viver em uma constante angústia, com medo de vir a ser descobertos, bem como a criar freqüentes mentiras, usadas para manter aquele segredo bem guardado.

Em situações em que um dos pais (ou ambos) é infértil e apresenta dificuldades para assumir sua infertilidade, pode acabar por esconder do filho a adoção, buscando assim, esconder de todos (até de si mesmo) a impossibilidade de gerar.

Schetinni Filho (1999) é categórico quando afirma que calar-se sobre a origem da sua história desorganiza a vida interior da pessoa adotada. Sua opinião é compartilhada por profissionais de diferentes áreas e que atuam com famílias adotivas. E, de acordo com aquele autor, para os pais cuja motivação para a adoção é a infertilidade, o segredo sobre a origem do filho também contribui para protegê-los das cobranças sociais, que pregam a obrigatoriedade das pessoas de gerarem os próprios filhos para que sejam tidas como pessoas “normais”.

3.4 – adoção e infertilidade

Percebemos, com o E.C.A, que o objetivo da adoção passa a ser garantir ao menor de idade ser criado no interior de uma família e não resolver, por exemplo, o problema de casais sem filhos. Porém, a nossa experiência na 2ª VIJ da Comarca de Natal tem mostrado que a infertilidade configura-se, ainda hoje, como o principal

motivo que leva casais a procurar o Juizado da Infância e Juventude buscando, através da adoção de uma criança/ adolescente, construir uma família, motivação que já foi levantada por estudos na área (Maldonado, 1997; Paiva, 2004; Reppold & Hutz, 2003; Schetinni Filho, 1998b; Vieira, 2004; Weber, 1999; Weber, 2001).

Muitas vezes a razão da adoção está na esterilidade do casal, o que geralmente é permeado por sentimentos de angústia, de vergonha, de culpa, os quais são reforçados frequentemente pelo comportamento da sociedade circundante para a qual a composição de uma família está falha se não houver filhos. (Motta, 1997, p. 132).

Na literatura nacional sobre o assunto, autores como Maldonado (1997), Berthoud (1997) e Paiva (2004) concluem, em seus estudos a respeito da adoção, que ser bons ou maus pais independe da condição de ser pais biológicos ou adotivos; mas depende, sim, da motivação que leva homens e mulheres a buscar um filho.

Berthoud (1997), estudando o desenvolvimento do vínculo afetivo na díade mãe-filho adotivo concluiu, sobre casais inférteis, que aqueles que conseguiram elaborar os conflitos da infertilidade desenvolveram vínculo afetivo positivo com a criança adotada, além de um sentimento de paternidade/maternidade fortemente estabelecido. Já aqueles para quem a elaboração dos conflitos a respeito da infertilidade não foi bem resolvido, o desenvolvimento do vínculo com o filho adotivo ficou prejudicado. Resultado semelhante apresenta Paiva (2004), que acrescenta que os casais que não conseguem elaborar o luto pela infertilidade podem encontrar mais dificuldades para revelar ao filho sobre sua história de vida, pois implica reavivar suas incapacidades e frustrações.

Gasparini (2006), em estudo que objetivou compreender a experiência de casais que apresentam dificuldade para engravidar e que decidiram buscar ajuda na medicina reprodutiva, concluiu, sobre o vínculo conjugal, que o desejo por filhos e a impossibilidade de gerá-los pode levar a uma desestruturação da relação entre os membros do casal, perda de intimidade conjugal e de interesse sexual pelo parceiro.

Sobre a infertilidade e sua conseqüência na relação conjugal, as colocações de Vieira (2004) vão nesta mesma direção.

A imitação da biologia é um desejo forte, especialmente, entre casais estéreis e que estão recorrendo à adoção pela primeira vez. Há quem diga que a adoção é uma decisão difícil em qualquer circunstância, pois sendo o marido infértil, ele não aceitaria que a mulher fosse fecundada por outro homem. Da mesma forma, a esposa também não concordaria em receber como sua, uma criança filha de seu marido com outra mulher. Nas duas circunstâncias a relação do casal correria o risco de ficar estremecida. Em ambas situações, uma das partes teria que superar ressentimentos e frustrações. O filho que simbolizaria o ápice da solidez do laço conjugal, aqui poderia provocar um efeito inverso e macular a união. (Vieira, 2004, p. 118)

Na literatura internacional Audusseau-Pouchard, Verdier e Aucante (1997, citados por Weber, 2001, p. 121) também apresentaram conclusões semelhantes e, especificamente sobre aqueles casais que optam pela adoção, os autores expressam que a incapacidade de gerar os filhos pode causar uma situação conflituosa, caso não seja trabalhada pelos pais adotivos, posto que estes podem tentar remediar seu sentimento de fracasso (pela não concepção), através da adoção.

Daniluk (2001), em estudo longitudinal com 37 casais inférteis, com o objetivo de estudar como eles superavam a falta de um filho biológico depois do insucesso do tratamento médico, concluiu haver uma adaptação progressiva pelos participantes à ausência do filho biológico, com maior satisfação geral pela vida para aqueles que foram bem sucedidos em criar suas famílias com a adoção de uma criança.

A literatura aponta, então, que a maneira como os membros de um casal lidam com as questões que os impossibilitaram de gerar seus filhos terá grande influência sobre a relação com o filho adotivo. No que se refere especificamente à mulher, Ducatti (2004) afirma que, para ser mãe, não é suficiente gestar biologicamente o filho, mas provê-lo de cuidados e afeto, ou seja, materná-lo. Schetinni Filho (1998a) esclarece a questão quando considera que os filhos (sejam biológicos ou adotivos), precisam

sempre ser adotados – no sentido do afeto, do cuidado. “É o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós a postura de pais” (Schetinni Filho, 1998 a, p. 48).

Ferreira, Pires e Salvaterra (2004), afirmam que, quando um casal que planeja ter filhos apresenta dificuldades para gerá-los, a mulher é a primeira a sentir incômodo pela ausência da gravidez. Antes mesmo de qualquer exame, a mulher já assume a culpa, remetendo-nos novamente ao ideal feminino da maternidade, que não atinge somente a mulher que não pode ter filhos, ou que apresenta, junto com o parceiro, dificuldade para gerar uma criança. Sua mãe também pode se culpar por ter gerado uma filha que não pode ter filhos “como se, por isso, passasse a ser uma pessoa incompleta ou imperfeita.” (Maldonado, 1997, p. 34-35).

Os estudos, de forma geral, referem-se a casais inférteis, não adentrando nos motivos da infertilidade nem quem é afetado pela impossibilidade de gerar filhos, se o homem ou a mulher, deixando então lacunas a este respeito. Contudo, colocam a importância da resolução dos conflitos relacionados com a infertilidade, pelos membros do casal, antes de concluírem uma adoção, visando não prejudicar o relacionamento futuro com o filho adotivo. Tal idéia já havia sido apontada por Maldonado (1997), ao afirmar que, caso o luto da esterilidade não seja vivenciado pelos membros do casal “a adoção corre o risco de ser plantada num terreno ‘não capinado’, ainda cheio de mágoa, inveja ou revolta. E isso, sem sombra de dúvida, contaminará de forma negativa a relação com a criança adotada.” (Maldonado, 1997, p.37).

Embora estudo realizado por Weber (1999) confirme que o sucesso de uma adoção não está necessariamente relacionado com a motivação desta, sendo a dinâmica familiar e o estabelecimento de vínculos de afeto entre as famílias adotivas similares ao

que percebemos existir nas famílias biológicas, Reppold e Hutz (2003) também defendem a importância da resolução dos conflitos antes da realização de uma adoção.

Observa-se que o pai incapaz de gerar filhos congênitos, bem como sua companheira, apresenta maior dificuldade em estabelecer um ambiente familiar que suporte a exploração das questões relativas à adoção e a sustentação de uma auto-imagem positiva. Desta forma, o baixo envolvimento com a criação do filho pode ser entendido como uma estratégia de esquiva frente a questões de identidade pessoal e sexual mal resolvidas, tanto por parte do pai, quanto da mãe, que deve renunciar a sua capacidade reprodutiva e optar pela adoção. (Reppold & Hutz, 2003, p. 26)

Diante de tais aspectos, é oportuno nos perguntarmos se mulheres que se tornaram mães através da adoção, e cuja motivação surgiu após diagnóstico de infertilidade por parte de seu companheiro, sentem ter elaborado de forma satisfatória conflitos que porventura possam ter surgido por ocasião do diagnóstico de infertilidade. Como se sentem em relação à questão da infertilidade?

De acordo com Schetinni Filho (1998b) os sentimentos mais frequentes que surgem por ocasião da descoberta da infertilidade são: frustração, inferioridade, dúvidas sobre sua feminilidade ou masculinidade e culpa. Esta última, segundo aquele autor, aparece como “uma tendência de as pessoas se culparem por não atingirem metas que os outros conquistaram naturalmente” (Schetinni Filho, 1998b, p. 41). Se não geraram, significaria que não são “normais” e isso pode trazer como consequência o que aquele autor define por esterilidade criativa, ou seja, a impossibilidade de gerar os próprios filhos poderia trazer uma ausência de criação em outros aspectos da vida. A pessoa passaria a viver desmotivada, estéril. No caso da infertilidade masculina “O homem infértil pode desenvolver a idéia de que há algo errado com a sua masculinidade (...)” (Schetinni Filho, 1998b, p. 45) e pode vir a desenvolver uma relação de

insegurança na convivência com a sua companheira, “(...) como se a situação de esterilidade evidenciasse fragilidade e incompetência.” (Schetinni Filho, 1998b, p. 45).

Maldonado (1997) também nos coloca, no caso de um dos parceiros ser infértil, a necessidade que há de o outro, caso opte por dar continuidade à união, renunciar à sua possibilidade reprodutiva ao fazer a opção, ou pela adoção, ou pela vida sem filhos.

Por fim, em sua experiência clínica com casais onde um dos parceiros é infértil, Schetinni Filho (1998b) afirma que a tendência é que aquele que não está impedido, do ponto de vista fisiológico, de procriar, acabe por assumir a infertilidade de seu parceiro e, assim, temos um casal infértil “(...) porque, nesse aspecto, a individualidade de um se confunde com a do outro.” (Schetinni Filho, 1998b, p. 48). E a adoção, por não fazer o casal passar pela gestação biológica, possibilitaria uma participação igual dos pais adotivos em relação à criança, posto que ambos podem maternar os filhos de igual forma.

4 – Método

O método adotado neste trabalho situa-se numa perspectiva fenomenológico-existencial, de natureza qualitativa, e que tem como fundamento não a explicação, mas a compreensão dos fenômenos a partir do vivido, e este se mostra pela experiência, tal como vivenciada e percebida por cada pessoa em suas relações intersubjetivas. Assim, buscando compreender como é a experiência da maternidade para as mulheres participantes do presente estudo, utilizamos como instrumento para a pesquisa a narrativa, tal como sistematizada por Schmidt (1990) e Dutra (2000).

A pesquisa de natureza qualitativa valoriza as manifestações humanas e sociais, o que para o modelo científico tradicional, segundo alguns autores (Triviños, 1987; Minayo, 1994; Figueiredo, 1999; Roche, 2006; Critelli, 2006), era considerado fonte de falhas, erros e, portanto, empecilho para a construção do conhecimento. “O que deveria ser excluído é o sujeito enquanto fonte de variação, fonte de opinião, tendências, vieses, desejos, movimentos passionais e instintivos, etc.” (Figueiredo, 1999, p.89); ou seja, o homem enquanto sujeito singular. A pesquisa qualitativa vem resgatar a presença humana com toda sua fluidez, seja temporal, social, histórica, emocional (Roche, 2006).

Os objetivos dessa modalidade de pesquisa de inspiração fenomenológica são “acessar o mundo privado e subjetivo do homem e dar conta de dimensões do vivido humano não mensuráveis pela metodologia quantitativa tradicional” (Holanda, 2001, p. 38). Trata-se da formulação de outras maneiras de se compreender tudo o que existe e que já tinha sido significado pelo olhar metafísico que caracterizava a Ciência (Critelli, 2006). A ênfase, conforme nos falam Martins e Bicudo (1994), é colocada na

experiência viva, no mundo como ele é vivido. Assim, o pesquisador, nessa abordagem, tem seu interesse voltado para o que pensam os participantes da pesquisa sobre suas experiências, sua vida, seus projetos (Triviños, 1987).

Vale lembrar que definir uma pesquisa como qualitativa ou quantitativa tem um sentido muito mais didático do que científico, uma vez que a Ciência já superou a idéia tradicional que tinha por objetivos a predição, a descrição e o controle. Sendo a Ciência feita pelo homem, não há como desconsiderar sua influência e importância no processo de construção do fazer científico.

A ciência não é só racionalidade, é subjetividade em tudo o que o termo implica, é emoção, individualização, contradição, enfim, é expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção. (González Rey, 2002, p. 28).

E nessa compreensão da ciência como sendo uma produção em que estão presentes pessoas em uma relação, pensamos ter o pesquisador um papel muito importante. A relação que se estabelece entre ele e o entrevistado, ou, como define AmatuZZi (2001) *colaborador*, é uma dimensão essencial para o processo científico. A partir de sua postura disponível, numa atitude de abertura para o outro e o que está sendo por ele expressado, pode facilitar este processo, contribuindo na construção dos sentidos do que está sendo relatado.

Iniciada no final do século XIX com Husserl (1859-1938), a fenomenologia propõe o conhecimento da realidade através de um retorno às coisas mesmas, ou seja, à essência do fenômeno, a qual se chega através da redução fenomenológica. Este método consistia em o pesquisador pôr em suspenso todos os seus conhecimentos, idéias, julgamentos, teorias, saberes, adentrando na experiência do outro para captar a essência que ali estava colocada. Mas, desde o seu fundador, a fenomenologia ganhou novas contribuições. Pensar um trabalho de pesquisa de inspiração fenomenológica não

significa adotar a perspectiva de Husserl. Merleau-Ponty (1996) já afirmava ser o maior ensinamento da redução exatamente a impossibilidade de ser ela completa e, “(...) justamente por saber-se da impossibilidade de uma redução completa (...) entendemos que o retorno ao mundo da experiência implica o reconhecimento de que somos seres de abertura e de relação” (Dutra, 2002, p. 376).

Pensar o homem como este ser de abertura consiste em “eliminar qualquer teoria, método, ou qualquer coisa que classifique o ente¹¹ em mundo interno e externo, ou que o fragmente em partes ou momentos, tal como se faz necessário na redução fenomenológica.” (Dutra, 2002, p. 376).

A fenomenologia, então, mais que um método, é uma forma de pensar, compreender e dizer sobre o humano. Ela surgiu como uma crítica ao modelo tradicional de se pensar o conhecimento científico. Trouxe para a Ciência um novo modo de se pensar o homem, baseado na provisoriade e relatividade da verdade. A fluidez dos entes, um constante revelar-se e esconder-se é, para a fenomenologia, constitutivo do ser humano. O homem está a todo instante construindo-se a si mesmo, escolhendo a todo momento o que quer ser no momento seguinte. Conforme Critelli “Viver como homens é jamais alcançar qualquer fixidez” (Critelli, 2006, p. 17).

De geração em geração, de época histórica para época histórica, de cultura para cultura, de uma sociedade para outra vemos as coisas, por exemplo, mudarem seu significado e utilidade, mudarem seu ser. Vistas como meras coisas, elas continuam presentes e referenciáveis em sua mesmidade tangível, mas seu significado e o sentido que fazem em nossa existência se alteram. (Critelli, 2006, p. 18).

¹¹ Ente é tudo o que tem manifestação, o que se mostra, que é visível.

Nós damos sentido ao mundo e as coisas do mundo através da maneira como nele habitamos e também através da maneira como nos relacionamos com os outros homens. E é este existir humano que provoca o pensar fenomenológico (Critelli, 2006).

Buscar entender o ser mãe, na atualidade, para as mulheres que o são por adoção, representa uma tentativa de compreender mais sobre o ser humano, especificamente, sobre a mulher, através de um de seus infinitos modos-de-ser. Na presente pesquisa, cada relato foi para nós um convite para participar da vida daquelas mulheres. Em alguns deles as participantes externavam o sentimento de orgulho por terem sido contactadas para participar da pesquisa, deixando claro sua abertura em narrar a sua história.

Dutra (2002) afirma que, ao narrar a sua experiência, a pessoa “nos introduz na sua vida, sensibilizando-nos e coloca-nos como participantes de sua experiência, fazendo do pesquisador um sujeito dessa experiência” (p. 371). Ouvi-las era sempre um momento de muita emoção para a pesquisadora e as entrevistas se tornavam momentos de encontros especiais.

Pensamos que, muito além da presença da entrevistadora, a relação estabelecida entre ela e cada participante da pesquisa, foi fundamental para o conteúdo dos relatos. Consideramos que estes só foram possíveis da forma como aconteceram a partir do encontro entre entrevistadas e entrevistadora. E, a partir desse encontro, a experiência daquelas mães pôde se desvelar. E esse desvelar pensado como uma *clareira* através da qual pudemos compreender o fenômeno do exercício materno para as participantes.

Esta clareira é exatamente o mostrar-se do Dasein¹² para alguém. “(...) um trazer-se à luz para um olhar.” (Critelli, 2006, p. 58). O lugar onde o ser se revela para um outro, um olhar. Assim, o objetivo de uma pesquisa que se diga fenomenológica, de acordo com AmatuZZi (2001, p.17) é justamente o clareamento do fenômeno, não pretendendo verificar, mas construir uma compreensão de algo. Não busca colher informações já prontas, mas possibilitar a construção de um sentido a partir da experiência que é trazida pelo colaborador. A palavra sentido é tomada neste estudo conforme definição dada por Critelli (2006), ou seja, como a direção do existir, destino. Então, a experiência dos participantes de uma pesquisa (fenomenológica) nos possibilita uma direção, um rumo, para compreendermos o fenômeno a ser estudado.

Conforme nos diz Dutra (2002), o termo experiência serve em diferentes situações, tendo seu significado variado conforme aqueles que o utilizam. Um dos sentidos do termo, e que é utilizado por aquela autora, remete ao mundo vivido. De acordo com suas palavras “(...) a experiência sempre nos remete àquilo que foi aprendido, experimentado, ou seja, aquilo que em algum momento, foi vivido pelo indivíduo” (Dutra, 2002, p.372) e que está sendo experimentado por ele no momento atual.

Buscamos o acesso à experiência de maternagem vivida por aquelas mães por adoção participantes da pesquisa. “(...) se pretendo uma análise fenomenológica, o melhor relato é o que procura trazer, tornar presente, a experiência vivida” (AmatuZZi, 2001, p. 18). Através da narrativa pensamos ser possível compreender a experiência das nossas participantes. Como procedimento metodológico, a narrativa possibilita a expressão do vivido através do ato de contar a sua história pessoal. Sem esquecer que a

¹² Este termo foi criado por Heidegger e se refere ao modo humano de ser. Também traduzido por Ser-Aí, expressa a característica humana de estar lançado em um mundo construído historicamente e onde ele irá constituir-se, a partir de suas relações.

experiência, quando relatada, já não é mais o mundo vivido da pessoa, mas um dizer desse vivido.

O vivido não se manifesta sozinho, ou puro. Ele sempre se mostra já compondo-se com concepções, percepções, construções da consciência. Se ‘vejo’ o vivido, aquilo que eu vejo não é mais o puro vivido, mas o vivido ‘visto’, e portanto de determinado modo formulado. Se digo o vivido, aquilo que digo já é o vivido dito, e portanto composto com palavras. Meu acesso de pesquisador ao vivido se dá portanto através de versões dele. (Amatuzzi, 2001, p. 19)

E aqui novamente podemos reconhecer a influência do pesquisador, com sua disposição afetiva, seu humor, sendo impossível pensarmos numa redução fenomenológica tal como proposta por Husserl.

A linguagem possibilita esta expressão da experiência. É ela que possibilita ao ser humano desvelar-se. Mas ela não nos diz da totalidade da experiência, uma vez que, ao mesmo tempo em que a pessoa se desvela, ela também se encobre. De acordo com Gendlin (1978/1979) o sentimento traz a palavra certa. “O sentimento sabe como falar e demanda a palavra certa, o sentimento mais exato é suficiente para trazer as palavras para o discurso pessoal”¹³ (Gendlin, 1978/1979, p. 52). A pessoa sente, reflete sobre a compreensão desse sentimento e, então, pode expressá-lo em palavras. Conforme Dutra (2002), a linguagem passa a ter um lugar privilegiado dentro da Fenomenologia porque “através da palavra pode-se abordar ou encontrar a experiência, a existência, o ser-aí, o ser-com.” (Dutra, 2002, p.373). Ou seja, através do relato o ser humano se mostra, se revela e, assim, nos leva a uma compreensão deste. É a clareira, que nos possibilita a compreensão.

Podemos dizer que a linguagem possibilita compreender o sentido que cada pessoa dá às suas experiências, através da hermenêutica, que é a interpretação do sentido. O pesquisador vai se apropriar da compreensão do que lhe foi fornecido pelo

¹³ The feeling knows how to speak and demands just the right words. The feelings, more exactly, is sufficient to bring the words to the person's speech.

entrevistado, interpretando-o hermeneuticamente. Ou seja, ele irá além do descritivo. Ir além sustenta a idéia de que “o ouvir sempre descobrirá sons e que o ver sempre descobrirá cor ou ausência de luz” (Martins e Bicudo, 1994, p. 81). O pesquisador vai se apropriar do que lhe foi revelado e mergulhar na compreensão, dando sentido ao que lhe foi narrado. O termo interpretação aqui é visto como apropriação do que está sendo dito, de compreensão do ser que me fala através de suas palavras. Esta é a idéia da hermenêutica heideggeriana: “Toda a compreensão guarda em si a possibilidade de interpretação, isto é, de uma apropriação do que se compreende” (Heidegger, 1927/1999, p. 218). Observamos, então, que, de acordo com esse filósofo, toda compreensão é circular, ou seja, antes da interpretação o pesquisador já possui uma pré-compreensão daquilo que ele vai interpretar. O ser do pesquisador contamina a interpretação que ele fará, porque, sendo ele uma pessoa inserida em um determinado contexto social e histórico, a interpretação feita estará associada às suas impressões anteriores, à sua pré-compreensão.

4.1 – procedimentos metodológicos

4.1.1 - participantes

Inicialmente pensamos em entrevistar mulheres que integrassem o chamado “cadastro de pretendentes à adoção”¹⁴ na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Natal, mas, refletindo sobre a temática da maternidade e maternagem, decidimos que ouvir a experiência de quem já vivencia no dia-a-dia o ser mãe de alguém atenderia melhor os

¹⁴ Trata-se de lista formada por pessoas com planos de adotar uma criança/adolescente. Para isto os interessados procuram a VIJ solicitando sua inscrição. São realizadas entrevistas com o setor técnico da instituição e, em seguida, proferida uma sentença favorável ou não ao pedido. Caso o pedido seja deferido, o nome da pessoa passa a integrar o cadastro e tão logo apareça uma criança disponível para

nossos objetivos. Então, nos voltamos para os casos de adoção propriamente ditos, ou seja, aqueles casos nos quais já existe um filho e, conseqüentemente, uma mãe e um pai – no caso, infértil.

A escolha das participantes se deu através de registros dos processos de adoção autuados¹⁵ no ano de 2006 na 2ª VIJ da Comarca de Natal. Nosso interesse esteve voltado para pedidos de adoção formulado por casais, o que constituiu um total de 107 dos 140 processos, ou seja, 76,4 % do total de processos. Buscamos aqueles cujo casal havia relatado ser a motivação para a adoção a infertilidade masculina. Encontramos 9 casos com estas características, dos quais dois se tornaram inviáveis, posto que em um dos casos o casal reside em outro estado e, na outra situação, a mulher já possui um filho (biológico) de outro relacionamento, não condizendo com nossa intenção de ouvir mães que não tiveram a experiência de uma gestação biológica. Assim, tivemos 7 casos (8,4%), configurando, portanto, possíveis participantes da pesquisa.

Além da infertilidade masculina, outros motivos alegados por casais que procederam à adoção de uma criança/adolescente no ano de 2006 na 2ª VIJ foram a infertilidade feminina; ou a impossibilidade de gerar filhos que eles justificavam como sendo de ambos, sem oferecer maiores informações. Também houve casos em que o casal não sabia informar o motivo da ausência de filhos, justificando que, uma vez que não conseguiam engravidar, se auto-diagnosticavam inférteis. Também observamos casais já com filhos de uniões anteriores, e que do atual casamento desejavam um filho em comum, recorrendo à adoção.

adoção, a pessoa é convidada para conhecer e, caso seja de seu interesse, ingressar com o pedido de adoção daquela criança/adolescente.

¹⁵ Reunir em forma de processo

O nosso critério de seleção das participantes foi, então, a partir das informações fornecidas pelo casal por ocasião da entrevista psicológica, não havendo comprovação médica do diagnóstico.

Em junho do ano de 2007 realizamos uma entrevista piloto, quando confirmamos que a questão disparadora (*Eu gostaria que você contasse sobre a sua experiência em ser mãe e o que a levou à adoção*) já pensada na fase de planejamento da pesquisa permaneceria, uma vez que permitia uma narrativa livre, deixando a entrevistada à vontade para contar a sua experiência da forma que melhor lhe conviesse. A entrevista piloto também nos possibilitou pensar em algumas temáticas, como a relação afetiva com o companheiro; o desejo, ou não, de engravidar; sobre medos, e também sobre os sentimentos em relação aquelas mães que geraram biologicamente os filhos. Pensamos que estes pontos eram relevantes e que poderiam ser perguntados às participantes, caso não fossem contemplados nas narrativas. O que observamos sobre isso foi que em quase todas as narrativas esses pontos de interesse surgiram naturalmente no relato das participantes.

No mês seguinte à realização da primeira entrevista, contactamos por telefone as possíveis participantes. Com exceção de duas mulheres, com as quais o contato não foi possível, todas as demais foram contactadas.

Através do contato telefônico as entrevistadas receberam o convite para participar do estudo, sendo-lhes explicado a respeito do conteúdo confidencial da entrevista, bem como o sigilo em relação às suas identidades. Todas concordaram em participar, o que significou um total de 5 (cinco) participantes.

Embora todas as participantes contactadas tenham aceitado o convite para participar, ressaltamos que o interesse de uma pesquisa nos moldes em que esta foi procedida não está no número expressivo de participantes, uma vez que o objetivo é possibilitar o relato sobre a experiência, no nosso caso, a experiência materna diante da adoção. Então, a quantidade não se faz relevante, mas sim o conteúdo das narrativas. Conforme Gonzáles Rey (2002)

O conhecimento científico, a partir desse ponto de vista qualitativo, não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão. (...) A informação expressa por um sujeito concreto pode converter-se em um aspecto significativo para a produção de conhecimento, sem que tenha que repetir-se necessariamente em outros sujeitos. (Gonzáles Rey, 2002, p. 35).

Segundo Triviños (1987), o pesquisador pode considerar diversas condições para obter o número total de colaboradores para sua pesquisa, dentre as quais a facilidade para encontrar as pessoas a serem entrevistadas ou o tempo que elas têm disponível para participar. O que interessa é a qualidade do material coletado.

O número de entrevistas realizadas dependerá do que se obteve em cada uma das entrevistas e se ao longo de sua realização se chegou à suficiência na descrição, ou seja, se os discursos que foram lidos permitem ao pesquisador perceber que já consegue vislumbrar aspectos que se repetem das falas dos entrevistados. (Bruns e Trindade, 2001, p. 79).

As participantes tinham idades que variaram de 31 a 42 anos. O tempo de casada variou de 8 anos e meio até 16 anos. Duas eram donas-de-casa, duas funcionárias públicas e uma profissional autônoma. Apenas uma delas tinha duas filhas por ocasião da entrevista. As demais tinham apenas um filho. Destacamos, ainda, que todas as crianças eram recém-nascidas quando foram adotadas e, na época da pesquisa, estavam com idades que variaram entre um ano e meio e dois anos. A exceção diz respeito apenas ao caso da participante que tinha duas filhas, contando a mais velha com 5 anos, na época desse estudo.

4.1.2 – procedimento de construção e análise dos dados

Foi realizado um primeiro encontro com cada participante, acontecido em dia e local escolhidos por elas, com duração média de uma hora. Duas entrevistas aconteceram no ambiente de trabalho da participante e três entrevistas ocorreram na residência das participantes. A única condição apresentada sobre a escolha do lugar foi que o mesmo fosse livre de interferências externas, como barulho ou interrupções. As entrevistas que ocorreram nas residências, em 2 casos, contaram com o apoio dos maridos, que estavam presentes quando a entrevistadora chegou e que, após nos apresentarem à criança, seguiram com esta para um passeio, de forma que a entrevista pôde acontecer sem interrupções. Na terceira entrevista, ocorrida na residência da entrevistada, a hora da entrevista foi marcada para o mesmo horário de sono da criança, permitindo que também transcorresse com tranquilidade.

No início do primeiro encontro informamos sobre a necessidade de que assinassem um termo de consentimento (anexo) que foi lido e assinado por elas. Através da questão disparadora *Eu gostaria que você contasse sobre a sua experiência em ser mãe e o que a levou à adoção* e sem determinarmos uma direção nem fazermos interrupções que pudessem cortar o fluxo de idéias das participantes, as mesmas ficaram livres para seguir da forma que melhor lhes conviesse.

As narrativas apresentaram conteúdos que, de acordo com o nosso entendimento, já alcançavam o objeto do estudo proposto. As narrativas foram gravadas em áudio através de um aparelho de MP3 (após consentimento das participantes), transcritas e literalizadas. Transcrever diz respeito à primeira versão escrita da narrativa. Ao mesmo tempo em que o entrevistador ouve a gravação, ele transcreve o que foi dito pelo entrevistado. Já a literalização seria uma organização do texto escrito, uma “arrumação” da fala, de modo a deixá-la com um formato mais literário.

Depois, cada narrativa literalizada foi submetida à apreciação das entrevistadas para que as mesmas atestassem a fidedignidade ao texto ou realizassem alterações que julgassem necessárias. Na pesquisa fenomenológica “o melhor juiz é o próprio colaborador. Só ele saberá dizer se se reconhece no que o pesquisador ‘lê’ no que ele diz” (Amatuzzi, 2001, p. 19).

Para a apreciação do material marcamos um segundo encontro com as participantes, que teve duração média de cerca de 40 minutos cada. Apenas uma participante fez modificações no conteúdo das narrativas, acrescentando informações. Neste segundo momento de contato elas se mostravam surpresas com o volume do material, ao mesmo tempo em que se diziam emocionadas com a leitura. Inclusive três delas solicitaram o conteúdo de sua narrativa, explicando que serviria para mostrar aos filhos quando os mesmos crescessem. Neste segundo momento também elas nos convidavam para ver fotos da criança, enquanto descreviam as recentes descobertas ou aprendizados do filho.

As narrativas foram lidas inúmeras vezes, além da escuta do áudio, com o propósito de apreendermos o sentido dado por cada participante à experiência relatada. O passo seguinte diz respeito a um agrupamento de informações que se repetem nas diferentes falas, formando núcleos de sentido, possibilitando a fase seguinte da análise, que consistiu na colocação desse material em diálogo com outros pesquisadores.

As narrativas apontaram para alguns núcleos de sentido, mais evidentes nas falas das participantes: ser mulher e mãe na atualidade; a responsabilidade pela procriação; a comparação às mães biológicas; a relação com o marido; o sentido de vida e, por fim, os conflitos e preconceitos sobre a adoção.

Cabe ressaltar que os nomes das participantes foram trocados, visando manter preservadas suas identidades, bem como informações que pudessem identificá-las, como nome de cidades e locais de trabalho ou profissão, nome dos companheiros e filhos, que pelo recorrente termo usado “meu filho/minha filha” pelas participantes, foram substituídos por tal expressão de tratamento.

O poeta reinventa a palavra, possibilitando uma constante abertura, fazendo com que a poesia seja sempre inacabada, permitindo as mais diversas manifestações do ser. Por esta razão os poetas são, no entender de Heidegger, “os mais próprios guardiães do ser.” (Critelli, 2006, p. 82). Nossas participantes não são poetisas, mas suas narrativas foram para nós poesias, que nos possibilitaram compreender o que é para elas ser mãe por adoção. Assim, a escolha dos nomes para identificá-las foram os de poetisas: Adélia, Cecília, Hilda, Lya e Rachel.

4.2 – o nosso olhar

Neste ponto do trabalho apresentamos nossos comentários e interpretação das narrativas das participantes. Lembrando que nossa intenção foi compreender o fenômeno da maternidade para mulheres que adotaram uma criança devido à infertilidade do marido. Cada uma das mulheres, através de seus depoimentos, nos revelou a singularidade da experiência que é ter um filho por adoção. Contudo, em certos aspectos, as narrativas nos mostraram também a presença de aspectos comuns. A partir desses temas comuns, organizamos os núcleos de sentido que nortearam nossa análise.

4.2.1 – ser mulher e mãe no início de um novo milênio

Desde pequenas as mulheres são ensinadas sobre seus papéis sociais, estando a maternidade sempre presente. Ao nascer, a menina já é vista como uma mãe em potencial e, assim, nada mais natural que presenteá-la com bonecas e lembrar-lhe desde sempre como é importante para as mulheres a chegada de um filho em suas vidas. Na construção da subjetividade, a sociedade, em especial as pessoas mais próximas da criança, já repetem à menina o que dela se espera no futuro: que seja mãe. A espera passa, com o tempo, a ser também dela, e a explicação para a gestação de um filho aparece com naturalidade, uma seqüência natural da vida da mulher após o casamento.

Eu não vou dizer que no início eu não senti falta de ser mãe. Porque toda mulher que casa quer engravidar, quer dar de mamar, aquela coisa toda. (Cecília)

Adélia deixa claro o que socialmente é esperado da mulher:

Eu sempre tive vontade de ser mãe. A gente cresce com esse objetivo da mulher se tornar mãe. E a gente vai crescendo com isso e quando a gente casa, a finalidade de um casamento é crescer e constituir família, nunca ficar só o casal. (Adélia)

Tal expectativa pela maternidade parece tão significativa na vida de uma mulher que Lya se questiona desde quando planejava engravidar e o que a fez desejar tanto a maternidade, sem encontrar uma resposta objetiva. Mas, justifica que acha bonito esta fase na vida de uma mulher. Narrando sua insistência para engravidar, mesmo quando o marido sugeria a adoção, ela diz:

(...) eu tinha aquilo na minha cabeça ... porque acho uma gestante bonita... a parte de amamentar... (Lya)

A chegada de um filho na vida de uma mulher parece que ajuda a definir seu papel dentro do casamento. Ainda que opte por permanecer exercendo atividades laborais, é de sua responsabilidade a formação e o bem-estar do filho, que mesmo ficando sob os cuidados de uma babá, está sempre monitorado pela mãe. Ou seja, com a

chegada do filho parece haver uma mudança na rotina da mulher, que passa a somar outras atividades além daquelas realizadas diariamente, seja dentro de casa, ou em sua atividade profissional. Há uma reestruturação em sua forma de estar no mundo, que passa a ser voltada para os cuidados com o filho.

Sobre isto nos diz Adélia:

Devido a gente não ter filho, no fundo no fundo, tem aquela liberdade: “ah, não tenho filho. Eu trabalho, ele trabalha...” Não deixa de ter aquele egoísmo, aquela individualidade. Por mais que se reparta despesas e obrigações, sempre tem aquela hora que: “ah, eu trabalho fora, não tem filho que me prenda a casamento, eu posso me divertir tanto quanto ele pode.” A gente tem esses pensamentos no dia-a-dia. E depois de minha filha não. A gente amadureceu muito... cresceu muito como casal. Buscamos mais Deus para nossa vida depois de tudo isso. (Adélia)

Parece-nos que para Adélia a chegada da filha possibilitou uma melhor definição de papéis dentro do casamento. Agora ela tem uma função diferenciada: cuidar, proteger e formar uma pessoa. Deixa para trás o egoísmo e a vida de festa, de se divertir “tanto quanto ele pode”. Agora lhe foi concedida a maior de todas as funções: ser mãe. E para se dedicar ao filho e exercer com responsabilidade este novo papel não cabem outras atividades fora do ambiente doméstico, e que poderia desviar sua atenção dos cuidados com a filha. Aqui vemos a presença muito forte do que autores como Beauvoir (1961) e Badinter (1985) apontam como sendo influência da educação social ocidental, que prega a existência de papéis sociais bem delimitados, ensinando desde cedo aos meninos e meninas o que é próprio de cada gênero. No caso das mulheres, casar, ter filhos e exercer com afinco as atividades domésticas, incluindo formar os adultos do futuro. Outras atividades, como o trabalho remunerado, podem ser postas de lado caso atrapalhe ou afaste a mulher de sua vocação natural, qual seja, a maternidade.

Adélia é clara ao afirmar que antes da chegada da filha sua vida era mais individual e mais livre, sendo-lhe permitido gozar de uma vida social mais intensa e independente, podendo ela escolher entre permanecer no casamento, ou não. Com a chegada da filha há uma modificação de papéis e, assim, uma mudança positiva no casamento, que ganha um sentido mais amplo. Agora ela é mãe e, portanto, encontra seu lugar na família e dentro do espaço privado da casa. O casamento ganha significado, porque a criança precisa da mãe para cuidar e do pai para sustentar, numa clara definição tradicional dos papéis familiares, cabendo à mãe a atenção e o cuidado integral ao filho.

Com a adoção eu parei de trabalhar fora porque, já que eu optei por ser mãe, eu jamais iria entregar minha filha para uma pessoa tomar conta ou colocar num berçário. Não compensava. Mas a minha vontade era passar por aquela experiência de mãe, de viver no dia-a-dia. (...) Mas não me arrependo, não fico frustrada porque deixei de trabalhar para ser mãe. (Adélia)

Rachel parece representar de forma mais clara o que os estudos (Teixeira, 1999; Mansur, 2003; Borlot & Trindade, 2004) apontam como tendência das mulheres neste início de milênio, qual seja, além da maternidade, a busca por outros projetos pessoais, como a realização profissional. Ela afirma que desejava estudar, trabalhar e ser independente. Mas a maternidade aparece no topo destes planos.

Eu, desde criança, sempre fui louca... era aquela história de brincar de casinha e tudo, e sempre vi tanto amor de minha mãe na minha criação e de meu irmão que...Tá! O que eu quero ser na vida é mãe. E quando me perguntavam o que eu quero ser na vida é mãe. (...). Casar não era a minha meta de vida, mas ser mãe sempre foi... eu até brincava com minha mãe dizendo: mãe, eu vou trabalhar, ser independente. Eu lembro demais, na (época da) escola, eu queria entrar na faculdade, fazer mestrado e doutorado e ser mãe. (Rachel)

Conforme nos aponta Mansur (2003a), as mudanças acontecidas na sociedade nos últimos anos favoreceram uma abertura das mulheres para a liberdade de ser que vai além das amarras impostas pela sociedade dita tradicional. Neste início de milênio já vislumbramos a mulher voltada também para a realização pessoal fora do ambiente doméstico, embora a “meta pela maternidade” permaneça presente na construção da subjetividade, conforme nos descreveram as participantes da pesquisa. Enquanto há mulheres como Adélia, com pensamento mais tradicional a respeito dos papéis destinados às mulheres, encontramos outras, como Rachel e Hilda, mais independentes e seguras quanto aos seus desejos de independência financeira, mostrando que ser mulher não é sinônimo de limitações ao crescimento profissional e pessoal e que a mulher pode desejar e realizar seus planos de carreira e independência. Apesar destas diferenças, elas concordam quanto à importância dada à gestação de um filho, planejamento já existente desde a infância. Um objetivo a ser cumprido, segundo as palavras de Adélia.

Contudo, mesmo para aquelas que acreditam ser perfeitamente conciliável ser mãe e ser uma profissional no mercado de trabalho, elas se cobram o não exercício materno em tempo integral. Dividir-se entre ser mãe, ser profissional e ser esposa não é tarefa fácil para a mulher de hoje. Sobre isto nos fala Rachel

Eu acho que a partir do momento que você quer ser mãe, quer ser responsável por alguém, a primeira coisa é organizar sua vida. Não só financeiramente. Isso é muito... se você for parar para pensar, é relativamente fácil. É uma das barreiras mais fáceis de transpor. Eu digo é tempo, é paciência, é emocional.(...) Tenho um dia cheio de atividades e a minha prioridade foi minha filha. Então, é abrir mão. Não quis tanto ser mãe? Por que eu vou delegar uma responsabilidade a uma babá ou até mesmo a uma creche, que é a mesma coisa, se é minha a responsabilidade?” (Rachel)

Ter um filho, seja biológico ou adotivo, parece ser para a mulher deste novo milênio, uma escolha que merece reflexão e preparação, tanto emocional quanto

financeira. E escolher significa dizer não para outras possibilidades. Cada escolha que uma pessoa faz, elimina outras tantas possibilidades que havia, e isto gera angústia. Angústia por não ter a certeza de ser aquela a melhor escolha; angústia por ser a única responsável pelo caminho que escolheu seguir.

O ser humano não é predeterminado. Ele se faz a partir das escolhas que realiza no mundo no qual está inserido. A cada projeto realizado, tantos outros deixaram de o ser. Se optar por ser mãe, estará assumindo um compromisso permanente. Suas decisões, a partir de então, ficarão interligadas ao filho. Seus horários dependerão diretamente do horário dele. Seu comportamento passa a ser mais cauteloso, porque agora servirá de exemplo para ele. Hilda fala com muita clareza sobre as mudanças advindas de sua escolha:

Os seus horários mudam, se você fazia alguma atividade, vai ter que mudar. Se você ia num sei pra onde, ia para algum lugar passear com o seu marido, já é diferente. Agora são duas crianças. Eu abri mão de tudo isso, e não me arrependo. (...) Eu acho que, na hora em que você quer ser mãe, você deveria estar preparada, porque a vida muda. Você não pode ter mais a vida que tinha antes. Mas é uma mudança maravilhosa. É mais pé no chão. (Hilda)

Conforme as participantes disseram, socialmente cabe à mulher os cuidados com o filho. Ainda que não o tenha gerado, cuidar dele é função da mãe. Está socialmente decretado, estabelecido. Para a mulher atual decidir-se por ser mãe não parece ser uma escolha fácil. Diferentemente das mulheres do início do século passado, que tinham como destino o casamento ou o convento, a mulher atual conquistou (e ainda o faz) posições no mercado de trabalho e que exigem dela dedicação, estudos, disponibilidade física e emocional para competir tanto com outras mulheres como com os homens; seja por vaga de emprego, pela permanência no mesmo, ou seja por uma promoção e reconhecimento profissional. O mercado tem cobrado especialidade, capacitação, dedicação quase ou totalmente integral. Como ser mãe e profissional bem sucedida se

ambos os papéis exigem dedicação integral? Talvez por perceber o quão difícil é conciliar os papéis de forma adequada, Rachel e Hilda frisem a importância de a mulher se preparar antes de cogitar ter um filho.

A escolha das mulheres, seja por ter filhos, ou por adiar este projeto, ou até por não ser mãe, implica sempre perdas: de planos pessoais; de liberdade para sair na hora que quiser e para onde quiser, e até de seu corpo (no caso daquelas que gestam seus filhos).

Quando a mulher opta por ser mãe e continua a perseguir uma ascensão profissional, terá que aceitar sua incapacidade para dar conta daquela atividade integralmente. Normalmente a ajuda de uma babá passa a ser imprescindível. Mesmo assim essa escolha implica culpa: por não estar o tempo todo com o filho, por não participar de suas conquistas diárias, por colocar um estranho cuidando da sua prole.

Hilda coloca que a simples presença de uma babá cuidando de suas filhas e exercendo uma função que seria sua lhe causa incômodo, mas que ela precisa agüentar, já que não pretende abrir mão de seus projetos profissionais.

Mas tem um lado... que é você acabar botando uma pessoa na sua casa para morar com você porque tem que cuidar das crianças. E você tem que administrar isso que é uma pessoa de fora que está morando com você...(Hilda)

Rachel tem na figura de sua mãe o modelo ideal da maternidade, aquele considerado tradicional, ressentindo-se por não conseguir ser para a filha uma mãe como foi a sua própria, retornando a discussão da contemporaneidade para a mulher, que não mais se permite aquela exclusividade para os filhos, o que lhe causa desconforto, ansiedade.

Minha mãe deixou de trabalhar para cuidar de mim e do meu irmão... da gente. E hoje eu não posso me dar esse luxo. Gostaria muito de ter um marido que pudesse me bancar financeiramente por estes primeiros anos, que eu acho tão importante... se pudesse ter mais tempo... levar na livraria, levar no cinema, poder passear, viver

mais... De eu estar fazendo o que a babá está fazendo: dar comida, dar banho, vestir a roupa. Mas hoje em dia não dá. Não dá para a gente se dar ao luxo que as nossas mães, na época, pelo custo de vida, justificava. (Rachel)

Cecília, a terceira das participantes que exerce uma atividade profissional, trabalha em casa, e parece ter encontrado a solução para conciliar as atividades de trabalho com os cuidados com o filho. Contudo, ao relatar as dificuldades, por exemplo, para ir ao médico, amplia a discussão sobre as múltiplas atividades femininas neste milênio e o quanto o papel de mãe requer concessões.

Por que às vezes a gente depende de um e de outro para sair... aquela coisa. Às vezes eu preciso de minha irmã para ir ao médico, senão tenho que levar ele. (Cecília)

E mais, o homem não aparece como um possível cuidador desse filho quando a mãe tem necessidade de ausentar-se. O que novamente retorna às conclusões a que já chegaram outros autores, como Maldonado (1997), de que é socialmente esperado que seja a mãe (de fato) ou uma mãe em potencial, ou seja, uma mulher, a cuidar da criança.

Das mulheres participantes do estudo, apenas Adélia apresenta o marido auxiliando nos cuidados com a filha. Ao mesmo tempo em que se mostra orgulhosa por ter ao seu lado um marido participativo e companheiro, parece ter dificuldade em aceitar sua ajuda com naturalidade, como uma função também permitida ao pai. Então ela justifica os cuidados do mesmo com a filha pelo fato de estar ela cansada, uma vez que já exerce o papel de cuidadora o dia inteiro. Referindo-se ao marido ela diz:

Ele é um pai daqueles que acorda de madrugada. Se a bebê passar a noite acordada, doente, ele passa a noite com ela. Com mais paciência que eu porque geralmente a mulher fica com o filho o dia todo, geralmente à noite está cansada e não tem a mesma paciência de quando amanhece o dia. Mas ele não. Ele tem aquela paciência... (Adélia)

4.2.2 – a responsabilidade pela vinda dos filhos

Com a mesma naturalidade com que falam sobre a seqüência da vida da mulher que culmina com a gestação e os cuidados diários de um filho, a ausência de uma gravidez automaticamente passa a ser de sua responsabilidade. Se desde criança sua formação está voltada para a espera pela maternidade, quando poderá desempenhar plenamente as atividades que demandam a dedicação, o cuidado com o outro e a abdicação de suas necessidades, a noção que passa a ter de si mesma congrega tais características, levando-a a se responsabilizar pela vinda dos filhos. Caso eles não cheguem, cabe a ela buscar a resolução da questão. O passo, então, é procurar uma explicação e uma solução médica. Sobre isto nos diz Hilda:

Eu usava o método da tabela. Mas, por duas vezes, eu furei a tabela e não engravidei. Procurei a ginecologista e disse que tinha transado no período fértil, mas não tinha engravidado. Ela fez uns exames e deu tudo normal. (Hilda)

O percurso realizado, se submetendo a diversos tratamentos antes de cogitarem ser uma dificuldade masculina o impedimento à gravidez, não é uma exceção. A mulher é a primeira a se culpar pela ausência de filhos.

Rachel diz:

Quando diagnosticaram a azoospermia eu fiquei chateada no início. Não cheguei a manifestar direto porque ... nós fomos criadas com aquela forma assim... nós temos a responsabilidade da maternidade. Eu fiz muitos tratamentos, eu ganhei 8 quilos por conta dos hormônios que eu tomei, ganhei tumores por conta da sobrecarga hormonal, fiquei muito chateada porque eu poderia não ter passado por este processo se no início do tratamento, há uns 5 anos atrás, a médica ... o solicitou pra fazer os exames e ele negou e eu meio que dei um paliativo dizendo que o problema era comigo. Assumi a responsabilidade. (Rachel)

Se a menina cresce e internaliza o discurso social que lhe responsabiliza pela vinda de um filho, a ausência de uma gravidez, apesar de todo o planejamento do casal, é percebida como culpa sua. Uma meta que ela não conseguiu atingir.

Para Rachel, que desde um problema descoberto ainda na infância, cresceu com

o diagnóstico de uma possível infertilidade, a confirmação de que não havia nenhum problema de ordem médica que a impedisse de gerar um filho foi recebida com surpresa, afinal, ela acreditava ser a responsável pela ausência de uma gravidez.

Fiz vários tratamentos para engravidar, vários, vários. Fiz várias estimulações. (...) Aí eu fiz um exame super chato, com contraste, e realmente confirmou a hipótese dela (médica) de que eu não tinha nenhum problema nas trompas, fisiológico, que impedisse a gravidez. Eu fiquei surpresa. Nem me veio aquela coisa de felicidade “Ah, eu vou conseguir engravidar”. Mas fiquei surpresa com a resposta. (Rachel)

Decidir abrir mão da possibilidade de gerar um filho (possibilidade esta que lhe foi por muitos anos praticamente rara) devido o seu marido ser infértil, deve ter sido uma escolha muito difícil para ela. Após tantos anos se submetendo a exames e tratamentos, sofrendo com os efeitos colaterais, como o aumento de peso e com o desgaste emocional.

Lya não descreve as etapas de tratamentos infindáveis e dolorosos antes de o marido se submeter a exames, talvez porque ele, há alguns anos, quando o casal ainda não planejava filhos, foi vítima de um acidente muito grave que o deixou com seqüelas físicas. Mas ela não deixa de lembrar o quão doloroso foi submeter-se a uma inseminação artificial. Para ela o problema foram as decepções pelo insucesso do tratamento. Estas foram muito maiores do que todo o desconforto e efeitos colaterais devido a quantidade de remédios que necessitava tomar.

Meu marido era normal e devido a um acidente que sofreu ele ficou assim. Depois do acidente ainda passou alguns anos para a gente vir detectar que ele tinha esse problema. Foi quando a gente começou a desejar um filho. Aí a gente procurou um especialista. É muito medicamento que a gente toma. Ele também fez cirurgia – outros casais não precisam fazer cirurgia – mas ele precisou. Fora os medicamentos que eu tenho que tomar antes, durante e ainda tem aqueles 15 dias que são tão ... você fica ansiosa. Depois da inseminação são 15 dias que você fica esperando o resultado do exame e esses 15 dias parecem um ano. Não passa nunca. (Lya)

Para Lya parece que a notícia da infertilidade do marido não trouxe inicialmente frustração porque ela confiava nos tratamentos para engravidar. Mas não tinha conhecimento do desgaste e da frustração que podem surgir. Talvez porque suas expectativas foram todas colocadas na figura do médico e nas Técnicas de Reprodução Assistida e ela não enxergou as outras possibilidades que poderiam advir, como, por exemplo, não conseguir gerar um filho. Ela considerou a medicina como a salvação para realizar seu sonho de engravidar, não havendo qualquer possibilidade de que pudesse não obter êxito. Em estudo realizado por Borlot e Trindade (2004) também foram encontrados resultados semelhantes, afirmando aquelas autoras que a crença nas soluções propostas pela medicina se mostram bastante difundidas entre as pessoas, sendo a figura do médico considerada a principal via para solucionar problemas de pessoas que apresentem infertilidade.

Cecília apresenta sua culpa relacionada à idade. Quando resolveu ter um filho foi como se ela estivesse “velha” para tal. Não seria mais tão fértil, e isto justificaria a dificuldade que ela e o marido enfrentaram com a ausência de uma gravidez.

Logo no início eu fiz tratamento pensando que era comigo o problema, mas não era (...) No início, geralmente a gente pensa que o problema é nosso, não é? Aí eu fiz o tratamento. Como eu estava com microcistos, poderia ser por causa disso. E como eu já casei com 32 anos, é um período que a mulher já não... a fertilidade é mais até os 28 anos. (Cecília)

Cecília aborda um ponto que consideramos bastante relevante para a mulher, ainda hoje, no que diz respeito a sua fertilidade: a idade. Mesmo com todos os avanços atuais na área da reprodução, possibilitando à mulher adiar o projeto da gravidez para antes realizar-se em outras áreas, ainda existe um limite para tal. Principalmente após os 35 ou 40 anos, a idade parece pesar para a mulher que não é mãe, e a pressão para que tenha logo um filho nem precisa mais vir dos familiares e conhecidos, mas ela mesma

passa a se angustiar com o relógio biológico que aponta para o fim, não tão distante, de seu período fértil. E como fica esta questão para as participantes do nosso estudo? Futuramente, quando fisiologicamente já não lhes for mais possível gerar filhos, sentirão falta por não o terem feito? E se, de repente, a relação afetiva com o atual companheiro chegar ao fim dentro de alguns anos, e elas se virem com 60 anos, sem aquele marido e sem ter realizado o que para muitas ainda é um grande desejo? O que nos pareceu foi que elas assumiram a condição de infértil. O fato de ser o marido aquele fisiologicamente incapacitado para gerar filhos não parece ser o mais importante, mas sim o fato de eles, enquanto um casal, não conseguirem gestar filhos. Resultado semelhante ao encontrado por Schetinni Filho (1998b), que em sua prática clínica atendendo casais onde um dos cônjuges é infértil, observou ser uma tendência que, aquele biologicamente fértil, assumia a infertilidade de seu companheiro, dando lugar a um casal infértil.

4.2.3 – ser mãe: o lugar do gestar e do cuidar

A mulher é ensinada a se doar ao outro, em especial ao filho, sendo capaz de dar a vida por ele, numa demonstração de seu amor incondicional e sem medidas. Não podemos afirmar que para todas as mulheres o ser mãe se caracteriza pela doação, até porque tal afirmativa estaria negando as subjetividades. O que queremos destacar é que, ainda crianças, as meninas são apresentadas a modelos femininos, representados principalmente pelas figuras mais próximas como a mãe, avós e tias, e que influenciarão na construção de referência que a mulher terá a respeito dos papéis femininos, em especial, a maternidade. Em nossa sociedade nordestina brasileira o modelo da mulher amável, atenciosa e cuidadosa, que gosta de crianças e, quando tem filhos, é abdicada e totalmente devotada aos mesmos, é bastante difundido. Sobre esta questão nos diz Lya:

Tem mãe que fala assim: é capaz de dar a vida. Eu acho que eu sou capaz. Sou muito preocupada com qualquer coisinha. Minha filha não é muito de ficar doente, mas uma gripe, aí vem a febre, e eu fico preocupada. Quero logo ligar para a pediatra (...) (Lya)

A demonstração de sua devoção ao filho apareceu no relato de todas as participantes através dos exemplos relacionados com o cuidado diário com a criança, sempre citando algo relacionado à saúde.

Cecília faz uma avaliação dos primeiros cuidados que tomou logo que o filho chegou em sua vida

Dei banho logo, dei mamadeira, trocar fraldinha direitinho. Não senti dificuldade. Levo ao médico todo mês. Fiz plano de saúde imediatamente. (Cecília)

Ela não deixa de lado nenhum aspecto que considera importante, como alimentação, higiene e assistência médica, demonstrando orgulho por exercer, da forma que considera adequada, o papel de mãe.

E a menina teve uma infecção intestinal terrível. Teve que ficar internada, teve duas paradas. E eu fiquei no hospital, ali, junto com as outras mães. Acompanhando o sofrimento delas... Eu já tinha trabalhado em hospital, eu via aquelas mães acompanhando os filhos, mas nunca pensei como era. Até que eu me vi ali, dormindo sentada numa cadeira, passando o dia ali, torcendo pela recuperação dela. Então eu percebi como é. E eu passei a cuidar dela, dar carinho, alimentar. Eu me senti mãe mesmo. (Hilda)

Nesse ponto da narrativa de Hilda, quando relembra o momento em que se descobriu mãe, justamente através da dedicação à filha, seu relato ganhou uma outra entonação, tornando-se mais entusiasmado, e seus olhos ficaram mais brilhantes, numa expressão corporal da alegria que sentiu ao se reconhecer mãe daquela criança.

Adélia traz a definição do que é ser mãe como uma construção. A mulher se torna mãe de uma criança através da devoção, do cuidado:

Só no dia-a-dia é que você vai descobrindo o que é esse amor, vivenciando. Ela teve um problema de saúde e foi quando eu realmente senti o amor de mãe (...) ela teve que passar 10 dias internada e quando eu estava no hospital com ela, eu não pensava em nada. Não pensava nesse mundo aqui fora, que eu tinha trabalho, ou que eu tinha marido, que eu tinha casa. Só pensava no bem-estar dela, em ela ficar boa. Em vê-la sair dali com saúde. E foi aí que eu vi realmente o que é o amor de mãe, que é esse cuidado que a mãe tem com a gente. E foi aí que eu disse: “realmente agora eu estou sentindo que eu sou uma mãe mesmo.” (...) Eu não pensei em nada aqui fora, só em ela sair dali do hospital. (Adélia)

A mulher não se torna mãe de uma criança do dia para a noite. No caso daquelas que engravidam fisiologicamente de seus filhos, a relação entre eles já começa nove meses antes do nascimento da criança. No caso das mães por adoção, ainda que planejem durante muito tempo a chegada do filho, não têm a certeza exata (ou aproximada) de quando realmente aquele filho vai chegar, e se ele realmente vai chegar. Neste caso fica mais claro a construção desse papel, que se dá no dia-a-dia através dos cuidados com a criança.

Com tal comportamento elas se incluem no seletivo grupo daquelas ditas “mães”: cuidam, protegem, são capazes dos maiores sacrifícios pelo bem-estar dos filhos. Ou seja, mesmo não gerando biologicamente aquela criança que se tornou seu filho ou sua filha, elas são devotadas à criança, e, exercendo a maternagem, sentem-se iguais às outras mães.

Rachel também descreve situações de cuidado e angústia frente ao filho doente, mas vai além em suas colocações sobre o que ela considera que faz de uma mulher uma mãe, questionando se seria diferente caso tivesse gerado a filha, deixando claro suas dúvidas, sua angústia e, ao mesmo tempo, seu desejo por vivenciar uma gestação.

Domingo, a gente estava indo visitar uma colega e, de repente, ela aparece com febre. Levamos ao hospital e todo o procedimento que eles faziam era o que eu estava fazendo em casa. E eu vendo as outras mães lá com as angústias ..., ou seja: os medos são os mesmos, as angústias são as mesmas e, aos pouquinhos, eu vou diluindo essas minhas inseguranças por achar que é diferente... que seria diferente. Não sei até quando isso vai, se vai sair um dia do meu coração, da minha cabeça.

Mas aqui, acolá eu me traio. Me vejo pensando nisso: eu seria uma mãe melhor se eu tivesse gerado? Se seria uma mãe... ou até mesmo tão segura que ela é minha que eu teria menos tempo? Que seria diferente. Me passa muito isso na cabeça. Ora, se é minha, é minha. Ninguém vai tirar. Saiu da minha barriga então eu vou ter todo o tempo do mundo para criá-la. (Rachel)

Mais adiante em sua narrativa ela retoma esta questão

Sempre eu me vejo assim ... angustiada. Aqui e acolá essa angústia: “será que se eu tivesse gerado alguma coisa seria diferente?” Um cuidado, uma atenção, uma preocupação. Será que eu sou exagerada? Por... por ter zelo no cuidar de alguém que eu não gerei? Por tentar compensar? Ao mesmo tempo eu penso: “será que eu sou muito tranqüila em alguns pontos, por não ter gerado?” Essas dúvidas caminham comigo. Nunca tive oportunidade de conversar com ninguém, de esclarecer... Mas nos primeiros meses era muito evidente. Teve uma vontade, quando eu recebi ela nos braços, de que ela realmente tivesse saído de mim. Houve esse desejo muito grande. Já pedi desculpas a Deus várias vezes por ele já ter me dado esse presente e eu ainda querer mais do que ele me deu. (Rachel)

Com um discurso menos angustiado, mas não menos questionador, as demais participantes também descrevem diferenças que percebem em relação a outras mães, bem como suas dúvidas sobre o que é gerar uma criança, levando-nos a refletir que, mesmo que o que caracterize o ser mãe esteja, para as participantes da pesquisa, além da questão fisiológica, este é um ponto gerador de dúvidas, uma vez que, juntamente com os cuidados maternos, pode definir o que é ser mãe, mas que é uma experiência que elas não vivenciaram.

Nas narrativas há críticas às mães biológicas que se mostram negligentes e não exercem de forma satisfatória a maternagem. Nenhuma das participantes questiona o fato de que uma mulher que apenas gera uma criança, mas que não fica responsável pela formação da mesma, possa não ser considerada uma mãe. Ao contrário, gerar, por si só, já faz de uma mulher uma mãe, na opinião das participantes. Para aquelas que não tiveram tal experiência, existe a necessidade de uma comprovação do quão bem podem exercer este papel, através do cuidado e da dedicação incondicional. Pensamos que esta

reflexão está relacionada com o mito do amor materno, já apontado por Badinter (1985) como sendo uma característica intrínseca da mulher, definida como a capacidade de gerar, amar e cuidar dos filhos.

A maioria das participantes critica aquelas mães que não maternam seus filhos, como se fosse instintivo em quem gera, cuidar e proteger a prole. E mostrar cuidado em relação ao filho é para elas um atestado de que são boas mães.

Sobre isto nos diz Lya:

Eu acho que eu amo mais minha filha do que algumas mães, algumas mães biológicas. (...) Às vezes eu vejo uma criança pequena na rua e a mãe em casa. Ela não tem cuidado com a criança. Eu, se minha filha pede para brincar na calçada, eu vou ficar olhando. (Lya)

Hilda também aponta a falta de atenção e cuidados de algumas mães em relação ao filho, criticando-as e, através da comparação com estas mulheres, afirmar como ela exerce de forma satisfatória o papel que assumiu, dedicando-se e amando suas filhas.

Em relação a outras mães, o que eu sinto é que eu vejo as mães serem muito nervosas, irritadas com os filhos e a diferença que eu sinto é que eu consigo ser calma. Eu consigo dar paz e amor, diferente de outras mães que eu vejo. Esta é a diferença. Eu digo: “Meu Deus! Ela não tem paciência, bate na criança. Ela não entende que é uma criança? Que não sabe de nada?” Com todo a minha correria, eu tenho o máximo de paciência. Deus mandou as crianças para a pessoa certa e na hora certa, porque eu sei cuidar muito bem delas. Eu tenho toda a paciência do mundo. Não me irrita nenhuma hora da madrugada. Me levanto quantas vezes forem preciso. Para dar de mamar, para dar água, para fazer um xixi, para dar medicação. Quantas vezes elas precisem eu estou ali e não me canso. E olhe que a minha vida é muito corrida, muito. Mas é essa paciência toda. (Hilda)

Cecília tenta ser comedida em sua comparação, afirmando não sentir diferença, mas contradizendo-se em seguida. Ou seja, mesmo buscando uma comparação com aquelas mulheres que se tornam mães biologicamente, a escolha pela adoção é valorizada, faz com que ela se sinta *mais* mãe.

O amor é o mesmo. Acho que às vezes até maior. (...) é como eu disse para uma amiga minha que tem filho adotivo: “Um filho adotivo é muito mais... você se sente muito mais realizada do que ser mãe mesmo (...). Não sei por que eu sinto que seja assim. Eu converso com pessoas que têm filhos adotivos e pensam da mesma forma. (...) Em relação a outras mães, eu não me sinto diferente. De jeito nenhum. Para mim não faz diferença. É como se fosse mais ainda. O amor parece maior ainda. (Cecília)

Também Rachel começa afirmando não sentir-se diferente de uma mãe que gestou os filhos, mas, na seqüência, deixa claro que a ausência da gravidez é um fator de grande incômodo para ela e o principal motivo de diferença entre uma mãe biológica e uma mãe adotiva porque, no dia-a-dia, nos cuidados e preocupações diárias, ela não percebe diferença.

E, em relação às outras mães, eu não me sinto diferente. Às vezes, quando... quando vem algumas.. algumas conversas em relação: “Ah, quando eu tava grávida, eu sentia isso. É... quando eu soube...” Li recentemente “diário de uma grávida” e, nossa, eu me debulhei em lágrimas porque além da história ser muito linda, aí remontou, voltou essa... essa angústia do início. Puxa, como eu queria que minha filha tivesse saído de mim. Não sei se isso é ser diferente... eu não me vejo uma mãe, hoje, da hora que ela nasceu até agora, diferente de outras mães. Acho que é tão natural que hoje as pessoas, quando surge a questão de ela não ter sido gerada por mim, as pessoas até se chocam. E às vezes eu até esqueço mesmo. (Rachel)

Como Rachel, Adélia não critica o exercício materno das mães biológicas. E ela é a única das participantes que não se percebe diferente de outras mães. Nem a questão da gestação, tão importante para Rachel, é considerada relevante para Adélia

Eu não me sinto diferente de outras mães. Não. Vamos dizer assim: tem quatro ou cinco mães biológicas e só eu como mãe adotiva e eu me sentir diferentes delas? Não, eu não me sinto. Justamente por isso: no meu dia-a-dia com minha filha eu não sinto ela como adotiva. Não fico: “Ah! Minha filha é adotiva!”. Eu tenho ela como minha filha, como se eu tivesse tido ela normal, como se tivesse passado pela gestação, por todo o processo. (Adélia)

Faz parte da definição de mãe tanto o gestar como o cuidar. Uma vez que elas não vivenciaram a primeira parte, para a maioria das participantes, parece haver uma necessidade de compensar com os cuidados e também uma necessidade de avaliar seu

papel. Algo como se o fato de parir já garantisse à mulher a confirmação de que é a mãe daquela criança e quanto a isso não houvesse questionamentos. No caso das mães por adoção, há de se provar que são mães. E isto vem através da descrição de seus cuidados, da identificação com as outras mães, (seja nas preocupações, seja nas atitudes), a abdicação de outros projetos em favor daquele filho e também a partir da fala do outro. Enfim, os estudos têm apontado que ser mãe é importante para grande parte das mulheres, inclusive dando-lhes a sensação de plenitude enquanto ser humano.

Está maravilhoso, curto bastante. Porque, a cada dia a gente está descobrindo uma coisa diferente. É maravilhoso demais. (...) Eu vivo realizada. Tanto eu quanto meu marido. E ele é o tesouro da vida da gente. (Cecília)

O que observamos com o nosso estudo é que a definição de mãe e a sensação de realização plena que a mulher descreve quando tem um filho independe de ela ter gerado.

E hoje eu sou uma mulher realizada. A experiência (de ser mãe) é muito boa, maravilhosa. (...) Tenho dois empregos maravilhosos, estabilidade, tenho minha casa, consegui terminar a segunda faculdade, estudar, fazer especialização. Mas, a grande maravilha que Ele fez em minha vida foi ter me dado minhas duas filhas. Não tem comparação. Porque eu me sinto uma mulher realizadíssima. (...) Aquelas duas crianças vieram mesmo para preencher o nosso lar. (Hilda)

Mais que a gestação fisiológica, assumir a maternagem de uma criança, tornar-se mãe a partir da escolha por assumir aquela criança que não foi por ela gerada como sendo sua filha, sendo dedicada e cuidadosa, responsabilizando-se pela formação moral e integridade de uma criança é o que faz de uma mulher uma mãe, proporcionando-lhe realização. E, como nos diz Lya, não há como quantificar este amor:

Me definir como mãe eu posso dizer que eu sou a pessoa mais feliz do mundo, porque minha filha me deixou totalmente realizada. Eu não sei nem dizer o tamanho da minha felicidade. Do tamanho do mundo? Do universo?(Lya)

Enquanto que Rachel parece estar na contramão desse pensamento, pois a falta da gestação é algo que a incomoda muito. Poder gerar e se sentir impedida de fazer devido à infertilidade do marido lhe causa sofrimento, e por mais que se sinta feliz em ser mãe de uma criança, sente que lhe falta a experiência fisiológica da gravidez.

O fato de não ter ... estar vivendo uma experiência tão maravilhosa e ter um vácuo... no tempo, de eu ter passado no marco zero. Não ter vivido um antes, eu fico muito curiosa. Já não é mais uma tristeza. Como às vezes eu me via chorando, angustiada... eu lembro que notícias de gravidez de amigas minhas, logo que minha filha chegou, eu ficava numa depressão horrível. Meu marido percebia. “O que foi?” “Nada. Foi fulana que ligou pra avisar que está grávida.” “E você dá notícias desse jeito, nessa tristeza?” Isso me angustiava. Hoje não. Mas aguça minha curiosidade. Remonta uma forma assim, de um desejo interno de saber... saber como é isso. Hoje não.. não me deixa menor, como no início, mas não é a mesma coisa. Feliz, encantada, maravilhada com tudo mas ...uma ponta incomodada de me sentir menor... mas era mais uma curiosidade de saber... (Rachel)

Para ela, não há como se sentir realizada sem ter passado pela gravidez, que dá o status de superioridade à mulher. Ela é mãe e isto a deixa muito feliz, mas ela não gerou a filha, não passou pela fase dos enjôos, das consultas médicas, da sensação de sentir e ver a barriga crescendo, de passar pelas contrações e dores do parto, e isto parece fazer com que ela se sinta uma mãe inferior àquelas que geram os filhos.

Parece que o fato de ter amamentado a filha, ou seja, ter conseguido exercer algum cuidado fisiológico em relação a criança, a faça se sentir mais próxima do sentimento de realização, como se ela tivesse cumprido uma etapa importante da maternidade. Aquele momento da primeira mamada foi muito importante para ela, garantindo-lhe a entrada no grupo daquelas para ela abençoadas: as mães. Sobre isto ela nos fala

Vê-la mamando em mim foi uma das melhores sensações do mundo, mesmo com todas as dores. (...) A melhor sensação do mundo e eu ainda me senti completa. Aquela atitude: “não, não sou menos. Não gerei mas não sou menor.” Ficava sempre naquela teima comigo: não, não sou menor, não sou menor. Sou tão mãe quanto. (Rachel)

4.2.4 – A relação com o marido

A atitude de submissão em relação ao outro, sempre procurando agradar, em especial ao companheiro, ainda que sua escolha vá de encontro às suas necessidades e desejos, foi outra questão que se mostrou presente nas narrativas. Sobre isso a fala de Hilda ajuda na compreensão do que conduz a tal decisão, levando-nos a retomar toda a construção dos papéis de gênero, que coloca a mulher como um ser submisso e dependente. Ela afirma que cogitou fazer algo contra a sua vontade para agradar ao marido, justificando que quando a mulher casa é uma consequência “natural” este tipo de comportamento.

Ele (marido) queria que eu fizesse inseminação porque queria ver minha barriga crescendo para que todos pensassem que ele era pai e a criança era filha dele. E não podia dizer a ninguém, principalmente à família dele, porque não queria que eles soubessem que ele não podia ser pai. (...) Então eu concordei. (...) Mas, deixa eu te contar uma coisa: quando a gente casa a gente acaba fazendo coisas para agradar ao marido. Eu pensei em engravidar, contra a minha vontade, somente para satisfazê-lo. E lá vai eu, me passar por isso, contra a minha vontade, só pra satisfazer ele. Olhe por onde eu ia. O caminho todo errado. (Hilda)

Isto nos lembra Rogers (1991) quando considera que o medo de perder o afeto transforma os valores presentes na sociedade como valores internos de uma pessoa. Para aquele autor, o conceito que cada pessoa faz de si mesmo se forma a partir da interação da criança com o mundo, especialmente com as pessoas que lhe são próximas. A criança tem necessidade de amor e busca comportar-se de maneira a recebê-lo e mantê-lo. Quando faz algo e não recebe aprovação, aprende, gradativamente, que alguns comportamentos não são bons aos olhos dos outros. Valores alheios são introjetados e o

que era uma visão do outro passa a ser também a visão da criança. Objetivando conservar o amor do outro, passa a comportar-se de acordo com os valores já estabelecidos.

Parece que mesmo com as mudanças e conquistas da mulher nos últimos anos, doar-se ao outro, dizendo não aos seus desejos para agradar ao marido está ainda presente em muitas delas. Engravidar, ou não; submeter-se, ou não, aos tratamentos para engravidar e até partir para a adoção somente após a aceitação por parte do marido. Para agradar ao marido, manter o seu amor, Hilda considera dizer não a si mesma, pois considera fazer as vontades dele a decisão mais acertada.

No relato de Rachel não percebemos uma reflexão do casal sobre a decisão pela adoção. Antes, o que se mostrou presente foi uma submissão à decisão do outro. Transparece uma naturalidade por parte dela em assumir este papel. Ela fala a respeito da adoção ou da inseminação e ele diz não. Durante um ano não falaram no assunto. Quando ele decide, a adoção acontece. Ela sonha com um segundo filho vindo pela via da inseminação artificial, mas, sobre a possibilidade de gravidez ela afirma:

Se eu tivesse que escolher hoje engravidar, se meu marido concordasse, eu toparia. Se não for de concordância dele, não. (Rachel)

Hilda, contra sua vontade, mesmo não desejando engravidar, concorda em fazê-lo porque o marido não deseja tornar pública sua infertilidade. Tal fato não se concretizou, segundo a participante, porque surgiu em suas vidas a primeira filha.

Então eu concordei. Mas pensei em engravidar da minha maneira. Na época eu tinha um ex- namorado que eu sabia que se eu o procurasse e contasse a história toda ele toparia ajudar e ser o pai. E eu não iria dizer nada para o meu marido. Iria engravidar e deixar ele pensar que era dele. Estava esquematizando tudo, me organizando, quando apareceu a mãe da minha primeira filha, grávida, dizendo que não podia ficar com a criança... que não tinha condições de cuidar dela. Então eu disse: “tenha esse neném que eu fíco com ele. Eu serei a mãe.”(Hilda)

Pensamos que, embora Hilda tenha cogitado engravidar de outro homem, estava agindo conforme o desejo do marido: dar a ele uma gravidez para que o mesmo pudesse mostrar à sociedade.

O que levaria essas mulheres a abrir mão de seus desejos (pela maternidade ou pela ausência dela) em prol do outro? Pensamos que tal escolha se relaciona a uma necessidade de preservar o amor do marido e permanecer naquela relação amorosa. Mas, qual a garantia dessas mulheres de que, aceitando a vontade do outro em detrimento de suas próprias, haverá uma permanência do amor do companheiro por ela?

Sendo um ser de possibilidades o homem vive em transformação. Ser humano significa estar em constante caminhada. Não há um lugar de chegada, mas um tornar-se a cada instante, em contínuo devir (Safra, 2004). Este devir segue em direção a um sentido para sua própria existência, sentido este que está sempre em transformação. Seu querer hoje pode não ser o mesmo amanhã e, assim, qual a garantia de que a decisão tomada de permanecer com aquele marido, ainda que signifique não poder ter um filho biológico; ou, como o caso de Hilda, tentar engravidar para agradá-lo, ainda que não desejasse gerar filhos, é a melhor decisão?

O ser humano busca o reconhecimento, a aceitação e, portanto, a possibilidade de existir para o outro. Para os parceiros amorosos, a possibilidade do fim, da solidão, causa imenso sofrimento e, portanto, a busca de todas as formas por algo que lhes garanta a permanência daquela relação torna-se justificável. Para as participantes da pesquisa, optar por permanecer com aquele amor que elas já conhecem, que lhes traz segurança, em desfavor daquele que ainda não existe e que elas não têm garantia de que poderá ser concretizado, foi a decisão mais acertada, ainda que não lhes dê garantia de que futuramente elas não possam vir a questionar tal postura.

A maioria das participantes afirmou ter havido mudanças na relação conjugal após a adoção. O apoio e a cumplicidade são descritos como importantes para o fortalecimento da união do casal, em especial quando o diagnóstico de uma infertilidade acontece.

É interessante notar que, embora a infertilidade seja do homem, as participantes parecem se assumir, do ponto de vista reprodutivo, inférteis ou, ao menos, co-participantes deste diagnóstico. Então, as características apresentadas acima, são percebidas em seus companheiros, e não nelas mesmas, dando-nos a impressão de serem elas as inférteis e os maridos grandes companheiros, que as apóia e acolhe.

Lya fala com clareza sobre isto, considerando a infertilidade como do casal, sendo esta a forma encontrada para demonstrar que está ao lado do marido.

Quando alguém faz uma pergunta – nem todo mundo sabe que o problema é dele, mesmo na família – e perguntam: “por que não têm um filho? É você quem tem o problema ou é ele?” e eu falo: “somos nós dois. Porque não precisa ninguém ficar sabendo. Porque eu não gosto. Aí eu falo logo que somos nós dois. (Lya)

Adélia fala de uma mudança positiva em seu casamento. Agora não mais existem duas pessoas independentes convivendo juntas. São duas pessoas que formam um casal, que partilham os cuidados com a filha, embora eles tenham bem claro os papéis que cada um deve assumir em relação à criança, numa divisão tradicional dos papéis, cabendo à mãe os cuidados diários com alimentação, higiene e formação. Quando cada um deles sabe o que lhe cabe naquela relação, o relacionamento passa a ter mais cumplicidade.

Minha relação com meu marido mudou. Melhorou muito, amadureceu muito. A gente passou a ser mais companheiro, mais cúmplice. (Adélia)

Novamente lembramos Trindade (1999), que nos coloca que, embora as mudanças sociais tenham contribuído para mudanças nos papéis de gênero, os cuidados com os filhos ainda são vistos como de maior responsabilidade da mãe.

Lya expressa que o companheirismo entre ela e o marido já existia desde antes do planejamento por filhos e que o diagnóstico não abalou a relação entre eles. Ao contrário, a união com ele a fez decidir-se por se considerar infértil juntamente com ele.

Meu relacionamento com meu marido não mudou porque nós somos assim: todas as vezes que aconteceu uma coisa, um problema, a gente se aproximou mais. A gente se compreende um ao outro. Nem eu quero magoá-lo nem ele quer me magoar. (Lya)

Ainda sobre o marido, ela acrescenta:

E meu marido também é excelente, como pai e como marido. Ele é perfeito. (Lya)

A admiração pelo marido como homem e pai também aparece na narrativa de Cecília e, como Lya, parece justificar sua decisão por aceitar a impossibilidade de ter filhos biológicos devido ao fato de ser casada com uma pessoa que lhe é tão boa que não merece ser desagradado ou desmerecido. Os maridos são vistos como alguém por quem se merece abrir mão da maternidade biológica e se tornar mãe por adoção.

Cecília diz:

Eu não tenho nem o que dizer do meu marido como pai. Ele é 10. Ele é uma pessoa muito carinhosa, muito criança, gosta muito de brincar. Ele é o máximo como pai, como esposo, como amigo. Uma pessoa muito querida por todos. E eu só tenho a me orgulhar muito da pessoa que ele é. (...) Na época do diagnóstico realmente eu senti um pouco, mas eu acho que quando você é casada com uma pessoa que é tão legal... (...) pela maneira que ele sempre foi comigo... carinhoso. Não tem aquela coisa de mentira, inventar história... Tudo que a gente faz, combina. Então, por ele ser essa pessoa tão querida e amada, que eu aceitei numa boa. (...) Nunca deixaria os meus pais para morar em outro canto. Isso é outra coisa que eu sempre deixei muito claro com ele: “eu só caso se você for morar com meus pais”. E por ele ser uma pessoa tão boa, aceitou. (Cecília)

Hilda, por sua vez, mesmo afirmando que ela e o marido já eram unidos, a chegada das filhas transforma a relação do casal. Ela passa a vê-lo como uma pessoa mais responsável e com uma postura mais ativa, com decisão e iniciativa, o que ela considera muito importante.

Eu e o pai delas, nós já éramos unidos. Mas a união ficou mais... como é que eu quero dizer... por exemplo: coisas que ele não combinava comigo, hoje ele já combina, por conta das meninas. Aquele lance da responsabilidade. Ele não tinha muita responsabilidade com nada. Eu era o braço direito, o braço duro dentro de casa. Hoje ele já se sente responsável. Se falta alguma coisa para as meninas, ele vai lá e compra, resolve. Meu marido é um pai maravilhoso. Ele adora as meninas, cuida, participa. Meu relacionamento com ele mudou porque ele passou a ficar mais responsável. Ele parou de se lamentar e se maldizer. (Hilda)

A mudança na auto-estima do marido também afetou a maneira como era visto por Hilda, com mais respeito e admiração, característica esta também presente no relato de Rachel quando descreve o relacionamento entre o marido e a filha. A participação dele antes mesmo da chegada da filha, acompanhando a mãe biológica da criança, serve para demonstrar seu entusiasmo pela decisão tomada, o que deixa Rachel muito feliz, ampliando sua forma de percebê-lo e de se relacionar com ele.

Meu marido pegou, fez o acompanhamento dos exames, foi com ela, pegou, deixou... fez o que todo pai faria nos momentos finais.(...) ele se descobriu pai também. É encantadora essa relação porque você passa a ver o seu companheiro com outra ótica. Não é só mais seu amigo. (...) E eu já vejo ele como uma terceira pessoa: marido, amigo e, agora, pai. E é encantador a relação dele com ela, ela com ele. nooossa! Ela é apaixonada por ele. Quando ele chega: “papai.” o telefone toca: “papai.” tudo é para papai. (Rachel)

Mas não há somente mudanças positivas no relacionamento com o companheiro. É o que nos diz Rachel, em seu relato sobre os reflexos causados na área sexual do casal quando foi diagnosticada a infertilidade do marido:

Meu relacionamento com ele mudou. Melhorou em muitos aspectos, mas ficou mais delicado em outros. Por exemplo, nessa questão de dormir junto... Porque ele ganhou muito peso. Então nas primeiras vezes que a gente dormia junto ele relatava muita dor no peito. Teve uma vez que ele passou mal e eu fiquei simplesmente assustada: “pronto, ele vai morrer em cima de mim, e agora?” e tanto chocou a ele como chocou a mim. É uma coisa que ... a gente toca pouco no assunto mas ... Esse lado mais íntimo afetou. (...) Só não separamos, ou tivemos uma mudança de rotina, porque nossa amizade, o amor, é muito grande. Saber que é só um momento e que ele vai ficar bom. (...) para a gente a questão do sexo, que pra muitas pessoas é o mais importante em um relacionamento, para nós não é. E por não saber, obviamente, o que acontece, as pessoas não entendem porque não é o mais importante. O que geralmente é fruto de desgaste em um relacionamento, para a gente não é. (Rachel)

Igualmente às demais participantes, Rachel nos traz a importância da amizade existente entre ela e o marido como base para a permanência nesta relação amorosa.

Optar por permanecer nesta relação é assumir a responsabilidade pela ausência de filhos advindos daí. Talvez por isso Lya e Cecília tenham optado por assumir junto com os maridos a infertilidade, pois, pela descrição que fazem dos mesmos, parecem ser pessoas tão boas, que não merecem o sofrimento pela infertilidade.

Elas não mediram esforços para permanecer em seus casamentos, ainda que tal decisão lhes custe a possibilidade de gerar filhos. Pensamos, então, que decidir ser mãe por adoção, abdicando da possibilidade de uma gestação fisiológica, passando por todas as fases de uma gravidez, foi, para as participantes da pesquisa, uma decisão tomada por amor. Amor a um marido a quem elas escolheram para ser seu companheiro.

4.2.5 – sentido de vida

Além da sensação de plenitude, as mães participantes da pesquisa revelam que ter um filho dá sentido às suas vidas. Sobre isto nos fala Cecília, quando explica que a morte de pessoas queridas causou um vazio em sua existência e ela não tinha mais um *para quê* viver. Não sentia que aquela vida lhe pertencia. Acordar, trabalhar e se

relacionar não tinham mais um *porque*. Então ela recebeu o filho e aconteceu uma mudança significativa em sua forma de perceber-se no mundo

Não sinto falta de não ter tido. Ele preencheu tudo. O vazio que eu tinha, preencheu totalmente. (...) Na época eu estava muito desesperada, por causa das perdas. Eu não estava aceitando. Foi quando Deus mostrou que eu tinha uma missão a cumprir aqui. Eu estava entrando em uma crise de depressão que eu não estava mais com vontade de viver. Então Deus mandou essa criança para eu saber que eu ainda tenho uma missão aqui, tenho uma grande carreira, um grande caminho a percorrer, e botou esta criança para mim, que era para eu cuidar dele. (...) E a gente está vivendo cada dia, cada momento, cada historinha dele, a primeira palavra, os primeiros passos, as coisas engraçadas dele é tudo coisas que é como se a gente estivesse renascendo. (Cecília)

Ainda que a existência humana esteja em constante devir, existe uma busca por algo que lhe proporcione a sensação de estabilidade, um sentido para o seu existir. “Seu anseio pelo sentido parece ser anseio de algo que sustente sua instabilidade originária e que resolva sua situação paradoxal de ser um finito aberto para o infindável” (Safrá, 2004, p. 62-63). Ainda que a existência seja sempre uma possibilidade, o ser humano está sempre em busca de algo que lhe diga que vale a pena viver, ainda que isto signifique não ter garantia de nada. Caso contrário, viver não é mais possível e o que passa a existir é um (sobre)viver, um vazio, uma falta de sentido, uma existência inautêntica. O subjetivo fica mergulhado no coletivo, perdendo-se a si mesmo na massa. Acomoda-se e acaba mergulhado na banalidade, no anonimato. Conforme nos diz Sapienza (2004) “a existência é sempre um poder ser diante de um ‘para quê’, de um ‘a fim de quê’”. (p. 27). Quando a pessoa se encontra a si mesma neste ‘para quê’, sua existência ganha um sentido próprio, distanciando-se da existência inautêntica.

O que significa para a mulher ter um filho na atualidade? Numa sociedade que valoriza o tudo igual, em que o homem está sempre caindo naquilo que Safrá (2004)

considera como o *Mesmo*¹⁶ num movimento social para que todos pensem, sintam, vejam e sejam iguais? Não há espaço para as subjetividades, para o aparecimento do humano. Pensamento que nos remete a Heidegger (1979) quando nos fala a respeito da cotidianidade como uma forma inautêntica de existência.

Para aquele filósofo, a vida cotidiana leva o homem a uma perda de si mesmo, ao que ele considera como ruína, que seria

(...) o desvio de cada indivíduo de seu projeto essencial, em favor das preocupações cotidianas, que o distraem e perturbam, confundindo-o com a massa coletiva. O *eu* individual seria sacrificado ao persistente e opressivo *eles*. O ser humano, em sua vida cotidiana, seria promiscuamente público e reduziria sua vida à vida com os outros e para os outros, alienando-se totalmente da principal tarefa que seria o tornar-se *si-mesmo*. (Heidegger, 1979, p. VIII e IX).

Para Heidegger, no cotidiano o ser humano “mergulha numa espécie de anonimato que anula a singularidade de sua existência. Perde-se no meio dos outros, buscando a justificativa de seus atos num sujeito impessoal, exterior.” (Penha, 1988, p. 44). Com as escolhas o homem pode ganhar-se ou perder-se. Viver é sempre um risco, posto que o ser humano, enquanto ser de possibilidades, não tem garantia de coisa alguma durante sua vida, somente de que é um ser para a morte, ou melhor, que é finito. Sua existência é feita de escolhas, e estas não lhe dão garantia de permanência, embora ele almeje estabilidade e segurança. Caso o ser humano faça escolhas tomando como base o outro, estará se perdendo na impessoalidade, no *a gente*. Ao mesmo tempo em que é todo mundo, ou nós, é ninguém.

Na cotidianidade não há espaço para as singularidades. O “a gente” ou o “todos” seria sinônimo de “ninguém”, posto que “ninguém” encobre e acomoda todos que dele participam, como nos explica Spanoudis na apresentação do livro *Todos nós ... ninguém*. “Cada um é outro e ninguém é ele mesmo” (Heidegger, 1981, p. 51). Na

¹⁶ Mesmo não abre espaço para as subjetividades

cotidianidade não há lugar para a vivência da tristeza por não gerar um filho, ou para a tranqüilidade em não querer fazê-lo.

Quando uma mulher decide receber uma criança, para que dela seja mãe, com um estado de humor acolhedor, numa postura de abertura àquela criança, a relação de cuidado que se estabelece será com amor, dedicação e doação para o filho, ou filha. Para as participantes da pesquisa ter um filho estava entre as possibilidades possíveis e desejadas, de maneira que a existência ganhou sentido e viver passou a ser uma experiência significativa para todas elas. Os filhos trouxeram sentido para suas vidas.

Minha vida eu posso dizer assim: antes da minha filha e depois da minha filha. Me sinto uma pessoa viva. Era engraçado. Eu estava aqui estudando: “será que eu estou viva?” Ficava me perguntando. Porque era um momento tão introspectivo, de silêncio absoluto que eu tinha a necessidade de me beliscar para ver se eu estava aqui. E com ela, não. Eu me sinto viva. Como se a vida toda tomasse um rumo, um sentido. Agora eu sei porque eu trabalho, sei porque eu pesquiso, sei porque... (Rachel)

É como se ela tomasse as rédeas de sua vida. Está mais em contato consigo mesma. Suas atividades diárias agora têm uma razão para acontecer e sua existência ganhou uma direção, ou um norte, como nos fala Critelli (2006).

Minha filha me completa. (...) Hoje, ela é meu tudo. Se eu tiver que escolher hoje: casa, casamento, família ou filha, eu escolho minha filha. Nem penso duas vezes em responder. Minha filha é tudo para mim hoje. Hoje eu abriria mão de qualquer coisa por ela e não abriria mão dela por nada na vida. É difícil falar em poucas palavras tudo o que você sente. É um amor tão bom, tão maravilhoso que eu não sei nem descrever. Só quem passa pela experiência é quem sabe. (Adélia)

E este sentido de vida faz com que, tanto Cecília quanto Rachel e Adélia, se reconheçam enquanto elas mesmas nas atividades diárias que realizam, que passam a ser prazerosas, estimulantes. “É este sentido da existência que vai impulsionando e pressionando toda a mundanização de nosso mundo, toda a ambientação de nosso lugar

de vida, nosso trabalho, nosso fazer, nossos ‘habitats’.” (Critelli, 2006, p. 108).

Quando percebe que está vivendo distanciado de si mesmo o ser humano sofre porque se sente desalojado, perdido, desenraizado, fora de sua morada. Segundo Safra (2004), a questão fundamental para o ser humano não é a morte, mas o fato de não conseguir alcançar a possibilidade de ser o que é, de dar sentido à sua existência, encontrar-se naquilo que diz de si mesmo, que lhe é próprio.

A adoção possibilitou às participantes um reencontrar-se consigo mesmas, com projetos que são seus, desejos e responsabilidades que lhes são próprios. Reencontram um caminho que sentem ser construído a partir de suas próprias escolhas.

4.2.6 – mitos, preconceitos, dúvidas: a vivência da adoção

Socialmente, ter um filho por adoção não é visto como uma consequência natural no percurso da vida de uma pessoa, pois dela se espera que gere os próprios filhos. Caso esta escolha aconteça entre aquelas biologicamente saudáveis, a falta de compreensão social parece ainda maior. Por que optar pela adoção se você pode ter os filhos biologicamente? Então, é uma escolha que foge à regra.

Sobre a reação das pessoas ao saber de sua escolha pela adoção nos diz Adélia:

Porque ainda existe muito preconceito. Muita gente ainda tem medo de ser mãe adotiva ... Quando eu comecei a cogitar a possibilidade de ser mãe, muita gente dizia: “mulher, vai fazer isso para quê? Já tem tanta responsabilidade... quer mais responsabilidade. Se de repente não tiver a mesma sorte? Então começam a surgir aqueles exemplos negativos. Raros os positivos que aparecem. “Ah, fulaninha adotou e aconteceu isso, isso, isso. (Adélia)

Rachel também se mostra incomodada com os comentários que costuma ouvir:

Escutar as minhas primas falando assim: “ah, ela não tem o mesmo rendimento do irmão porque são um biológico e um adotivo.” “É porque ela foi adotiva, não é nossa mesmo.” E isso me angustia. Porque eu não concordo. (Rachel)

Há, em torno do filho por adoção, fantasias de que ele pode ser “sangue ruim” e, conseqüentemente, motivo de preocupação e sofrimento para os pais adotivos. O fato de ser adotado parece que já é condição mais que suficiente para ser classificado como problemático, diferente, fora do normal. E, por parte das participantes da pesquisa, parece haver uma necessidade de provar que seus filhos são normais, iguais a qualquer outra criança.

Se os próprios parentes fazem comentários dessa natureza, como não será o tratamento oferecido à criança adotada dentro desse contexto de família? Será recebido como membro daquele grupo familiar, ou tratado como *o diferente*?

Adélia nos ajuda na reflexão quando comenta que sua sogra parece não ser muito vinculada ao neto, o que ela justifica como sendo uma dificuldade geográfica, posto que aquela senhora reside no interior do estado. Contudo a própria Adélia não parece muito convencida do seu próprio argumento, o que parece ficar claro no final da sentença:

Ela é uma criança muito amada. Pela minha família e pela família dele também. A única ... não é diferença, é ... pelo fato de não conviver, vamos dizer assim, como minha mãe convive com ela, eu sinto ... não é por ser diferente ... que a mãe dele não tem a proximidade suficiente com ela, como minha mãe tem, como avó. Não tem aquela intimidade. Mas eu acho que é pelo simples fato de ela não conviver com ela muito. Ela não mora aqui, mora em um interior (...) Não é que eu sinta diferença no amor dela. É que aquela intimidade de avó com neto não há porque não tem aquela convivência do dia-a-dia. Se vêem 4 vezes ao ano. Mas no restante da família dele não há diferença nenhuma. (Adélia)

Lya expressa sua vontade de falar sobre a adoção, contar a respeito de sua experiência, mas somente o faz com aquelas pessoas que já sabem.

Eu gosto de falar, quando é uma pessoa que já sabe do assunto, que quer conversar sobre adoção, eu gosto (...) às vezes eu quero dizer para as pessoas que minha filha é adotada, mas eu acho que não precisa. (Lya)

Estaria sua decisão relacionada com um receio de que a filha possa ser discriminada pelas pessoas? Assim, por mais que ela sinta vontade de dizer, não carece ser um assunto revelado ou divulgado.

O silêncio em torno do assunto somente contribui para a permanência de uma cultura que prega serem os filhos adotivos crianças problemáticas, adolescentes rebeldes, adultos anormais, contraventores ou maus elementos. Grupos de apoios à adoção e instituições que trabalham com famílias adotivas têm buscado mudar esta forma de a sociedade perceber as famílias por adoção. Talvez ainda sejam acontecimentos voltados apenas para aquele público específico, necessitando de uma melhor divulgação e participação da sociedade em geral.

Mas há quem afirme que não esconde o fato, como é o caso de Adélia. Contudo, quem lhe pergunta, ouve uma explicação ambígua e pouco clara sobre o assunto.

Quem pergunta ... muita gente que me conhece e pergunta quando eu engravidei e eu digo: “Não, eu não engravidei. Foi um presente que Jesus me deu e que eu só tenho a agradecer.” (Adélia)

Novamente parece não haver uma abertura para conversar sobre o assunto, bastando apenas justificar a chegada de uma criança em sua vida sem que tenha havido uma gravidez. Contudo, ela mesma complementa explicando que sua facilidade ao lidar com os questionamentos é que ela não percebe a filha como adotiva

No cotidiano eu não vejo ela como filha adotiva (Adélia).

E como é ver um filho como adotivo? Talvez Adélia comungue com a idéia de que o filho por adoção seria diferente de uma outra criança nascida e criada pelos pais biológicos. Como no cotidiano ela não percebe diferenças entre sua filha e outras crianças, talvez seja difícil colocar-lhe o rótulo (pejorativo) de adotiva. Ainda assim, é

uma realidade que ela não pretende esconder da filha e, por isso,

Vou começar a preparar ela de agora para quando ela receber a notícia não fique chocada e receba com naturalidade. (Adélia).

A idéia social de que a condição de adotivo, por ser vista como diferente e fora dos padrões, trará choques, traumas ou revoltas quando descoberto, pode levar os pais a não reconhecerem seus filhos como seres em constante devir. Ao contrário, alguém condenado a ser problemático. Desta forma, os próprios pais contribuem para a continuidade dessa visão estigmatizante e determinista, que reduz o ser humano e suas infinitas possibilidades a um só caminho e da qual ele não poderia escapar, no caso do filho adotivo, a um futuro de erros, revoltas, problemas no relacionamento interpessoal, devido sua origem obscura e inferior. Assim, a condição de adotivo serviria para explicar todo tipo de comportamento ou atitude do filho e que não seja de agrado do pai.

Rachel também se preocupa com a aceitação de sua filha pelos outros, temendo que ela se sinta discriminada de alguma forma. Falando sobre sua escolha por uma escola onde ela acredite que a filha venha a ser bem tratada, diz:

Mas aquela escola que eu veja que estão criando cidadãos. Que respeite o outro, as diferenças. Ou vai partir dela, ou mesmo de uma mãe que conhece e sabe que ela é e vai falar para o filho e o filho... pode sair de uma forma maléfica de agressão a ela, (dizer) que ela é adotiva, entendeu? Então eu penso muito nisso. O local que vai recebê-la é aquele que vai saber trabalhar essas diferenças na escola. Não pelo adotivo ser diferente. Mas a sociedade encara isso com diferença. (...) Então eu me preocupo muito na escola inclusiva, na escola que pensa nessa educação maior (...). Sabemos também de um colégio que é uma escola inclusiva. É uma escola que sabe lidar com questão dos diferentes. Não que ela seja diferente ou que um com Síndrome de Down seja. (Rachel)

Sua comparação do adotivo com o portador de Síndrome de Down ajuda a compreender o quanto esta mãe percebe diferenças entre sua filha e outras crianças, distanciando-a de outras crianças dentro dos padrões sociais de normalidade para identificá-la com aquelas crianças costumeiramente vítimas de discriminação, em especial no ambiente escolar, quando os pais buscam incluí-las nas escolas “normais”.

Receber apoio da família é muito importante para estas mulheres. Contar com a assistência e a aceitação do outro, ser acolhida em sua decisão contribui para que se sintam seguras de que fizeram uma escolha acertada.

A gente não tem, a família toda, aquela coisa de excluir. Às vezes o povo diz: “É, porque é adotivo”. A gente não. A gente é uma família grande e ele é tão amado por todos. (Cecília)

Cecília nos aponta novamente para a questão do laço de sangue, colocando que, ainda que muitos tratem com diferenciação, em sua família e na família do esposo a criança foi muito acolhida, sendo tratada como qualquer outro membro da família.

Esse medo da rejeição foi expresso por Hilda quando da chegada de sua primeira filha. Mas, o acolhimento e a observação do modo como tratavam aquela criança desfez seu receio.

Gostaria de acrescentar só mais uma coisa, que é sobre os medos. O receio em relação à aceitação pela minha família. Se iria amar do mesmo jeito que (ama) aos outros membros. Principalmente a minha filha mais velha. Quando ela chegou eu percebi que isso não existe e que eles a receberam do mesmo jeito. São todos loucos pelas duas. O amor que sentem por mim passam a sentir pelas minhas filhas. (Hilda)

E os preconceitos sobre o assunto aparecem com tanta frequência que não ficam restritos apenas a uma colocação de terceiros ou pessoas conhecidas. Familiares, pessoas afetivamente próximas e figuras que representam o conhecimento científico e, por isso mesmo, são por elas respeitadas, também estão incluídas como perpetuadores

de uma visão negativa a respeito da adoção. A figura do médico é vista com admiração, pois, se ele pode curar, é como se tivesse uma característica divina. Sua opinião é vista com respeito e consideração. Ouvir dele opiniões negativas sobre a adoção tem um significado diferente do que se as mesmas palavras tivessem sido ditas por uma outra pessoa. Encontramos nas falas de Rachel e Hilda exemplos que consideramos preocupantes, principalmente por virem de profissionais “esclarecidos” e respeitados.

Rachel diz:

E uma coisa que me chocou muito foi quando eu fui tentar o 4º mês de licença... e a junta negou. O médico, na minha frente, disse assim: “nunca ouvi dizer que uma criança morresse por conta da mãe deixar de mamar. E sua filha não foi você que gerou ela. Então... Insista um, dois dias. Eu sou pediatra e eu sei se você insistir ela vai aceitar a fórmula. E se ela não aceitar, dê comida, lhe garanto que ela não vai morrer.” Então, ali, ficou claro que ele fez a distinção. ... entendeu? Então ali me doeu muito, muito. Isso eu não sei se um dia vai sair, esse trauma. (...) “Eu não vou lhe dar um atestado para você não voltar a trabalhar porque não justifica. Ele não é seu filho biológico. Quem precisa desses quatro meses são filhos biológicos.” Então, ali ... puxa vida! É muito injusto, muito injusto. Me doeu muito. (Rachel)

Na mesma direção temos a experiência de Hilda:

Então chegou a Pediatra, uma conhecida minha, que perguntou o que eu estava fazendo lá. (no hospital). Quando eu disse ela falou: “Você é louca! Não faça isso. Ela é doente, vai precisar coletar sangue, fazer exames. É prematura. Mulher, não arranje problemas para você. Não adote.” (Hilda)

A fala das duas entrevistadas deixa claro o preconceito existente no meio médico a respeito da adoção e, além disso, percebemos uma visão limitada por parte daqueles profissionais a respeito da complexidade do ser humano, havendo valorização da parte técnica, mas não uma atenção à demanda existencial e psicológica do ser humano.

Não teria sido esta falta de reconhecimento e valorização do psicológico presente em quem se submete aos tratamentos para engravidar que causou a sensação de pouco preparo por parte do médico que acompanhou Lya e o marido durante as tentativas de inseminação artificial?

O médico que fez o tratamento da gente dava muita esperança. Inclusive dia desses eu assisti uma entrevista dele na televisão, e ele falou que hoje é que ele está preparado para fazer esse tratamento, porque antes ele sofria com os pais. (Lya)

Ainda que hoje já se observe mudanças no sentido de se compreender o homem em sua complexidade, vivemos em uma cultura que desvaloriza o aspecto psicológico presente nas ações humanas. Aquilo que não é palpável e objetivo passa à margem das preocupações e interesses sociais, e a formação acadêmica dos médicos é um reflexo da cultura na qual estamos inseridos. A formação daqueles profissionais ainda se mostra muito técnica.

Os resultados da pesquisa realizada por Borlot e Trindade (2004) com casais submetidos às tecnologias reprodutivas, mostraram que, para os participantes, o atendimento médico foi considerado frio e impessoal. Além disso, sentiam falta de um apoio psicológico durante o período em que se submeteram ao tratamento para gerar filhos. As autoras concluíram ser importante a figura de um profissional como o psicólogo, que pudesse fornecer suporte aos casais para que aqueles enfrentassem a situação com mais segurança e menos ansiedade, aumentando as chances de sucesso no processo.

Assim, pensamos ser necessária uma modificação nos currículos do curso de medicina, com a inclusão de disciplinas que valorizem o psicológico e reconheçam a complexidade e importância do paciente ser acolhido e aceito como ser humano e não como um objeto enfermo reduzido a um tratamento doença-cura, bem como a inserção do profissional psicólogo integrando a equipe de atendimento aos casais submetidos às tecnologias reprodutivas, proporcionando-lhes suporte emocional.

Talvez fosse interessante que o tema da adoção também estivesse incluído nas discussões dentro do meio acadêmico, sendo apresentada como uma das maneiras

encontradas para que um casal tenha filhos, e não mais como solução para casais sem filhos e que tenham esgotado todas as possibilidades médicas de engravidar.

5 – considerações finais

*Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar?
És superior àqueles
que procuras imitar.
Tens o dom divino
de ser mãe
Em ti está presente a humanidade.*

Os trechos do poema Mãe, de Cora Coralina (1889-1985) são reflexo da sociedade, que valoriza a mulher-mãe; que, ao mesmo tempo em que aplaude as suas conquistas, lembra que é na maternidade que se espera dela a maior das vitórias. A maternidade lhe confere respeito e maior reconhecimento social que qualquer outro papel que venha a desempenhar ou lugar que venha ocupar.

Prega-se a igualdade entre os gêneros, mas, pelo menos na nossa realidade brasileira, a definição do que é ser mulher está estreitamente atrelada às suas características biológicas, e mais especificamente, à sua capacidade de gerar.

Desde a institucionalização sobre o que deveria ser próprio do homem e o que deveria ser próprio da mulher, iniciado séculos atrás, ainda que em nosso país este aprendizado tenha sido introduzido apenas a partir do século XIX, a sociedade vem repetindo a construção da identidade de gênero para as crianças e estas desenvolvem sua subjetividade nesse contexto social.

Mas, a sociedade não é estagnada; e mudanças vêm acontecendo, embora somente há cerca de 50 anos tenhamos começado a perceber transformações nos papéis destinados ao gênero feminino, quando a mulher passou a despontar na vida pública, em um terreno até então de domínio do masculino. Vale ressaltar que, embora nossa atenção esteja voltada para as mudanças ocorridas em relação à mulher, transformações aconteceram também do outro lado. Os homens se mostram mais participativos nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Poderíamos pensar que nos últimos anos as mulheres “abriram portas”, seja para sua participação no mercado de trabalho (em alguns casos caberia até dizermos que elas arrombaram portas), seja para convidar os homens às atividades domésticas.

Contudo, as tarefas domésticas, definidas por nós como a soma da administração da casa, realização dos trabalhos como lavar, passar e cozinhar, além do planejamento familiar e cuidado com os filhos, ainda continuam vistas como de responsabilidade da mulher. Não é incomum, pelo menos no nordeste do Brasil, encontrarmos mulheres que, diante da dificuldade em conciliar afazeres domésticos e o trabalho fora de casa, optam pelo primeiro “por ser sua obrigação” natural. Uma espécie de herança passada de mãe para filha, embora já possamos ouvir vozes contestadoras que levantam bandeiras sobre a questão da “naturalização” do trabalho doméstico. Talvez, pensando a respeito desta “obrigação” feminina pelo trabalho do lar, muitas vezes abandonando projetos de uma carreira profissional a que as mulheres se impõem, que o escritor Jorge Luis Borges (1899-1986) escreveu que “o casamento é um destino pobre para uma mulher”.

A nossa pesquisa confirma que, para algumas mulheres, os papéis de dona de casa e mãe são naturalmente assumidos, não cabendo outras atividades laborais fora do âmbito doméstico, pelo menos não depois da chegada de filhos, pois estes precisam da dedicação integral da mãe.

Entretanto, a natureza humana traz infinitas possibilidades para o ser humano. Como já afirmamos, nos últimos anos as mudanças sociais têm ampliado as possibilidades de escolha para as mulheres. E as participantes da pesquisa confirmam isso. Para algumas, ainda que planejem se tornar mães, elas mostram que a mulher também pode planejar e ir em busca de sua independência e realização em outros campos da vida, como por exemplo, no campo profissional. Elas considerando natural a participação da mulher em outras atividades, fora do ambiente doméstico.

Uma questão, porém, parece não ser posta à mesa: o desejo pela maternidade, a responsabilidade pela vinda dos filhos e os cuidados com estes. A maternidade aparece como um assunto para o qual não há necessidade de discussão porque, sendo a mulher fisiologicamente preparada para gestar, ter filhos seria uma consequência natural na sua vida. Caberia a ela, também, arcar com as responsabilidades relacionadas a esta questão. Esta seria sua natureza e, assim, não caberiam questionamentos. Tanto que, mesmo que uma mulher gere uma criança e a entregue aos cuidados de terceiro tão logo tenha dado à luz, não tira dela o status de mãe.

Na construção de sua subjetividade, a mulher internaliza a importância dada à gestação de um filho, sentindo-se responsável pela vinda deste, construindo uma idéia de si mesma como sendo uma pessoa cujo principal papel é a de colocar filhos no mundo, e que estes filhos serão os responsáveis pelo sentimento de completude e realização que ela venha a sentir. O planejamento para engravidar passa a fazer parte de sua vida, desde um tempo do qual ela nem mais se lembra quando começou a pensar a respeito. Porém, é certo que já existia antes mesmo do seu encontro com aquele a quem escolheu como marido.

A associação direta entre a capacidade reprodutiva da mulher e o “instinto materno” permite a construção da subjetividade voltada para a realização do tal “destino natural”, como bem já nos apresentava Beauvoir (1961). Sobre isto também nos fala Ramos (2006), que em sua dissertação intitulada *O sofrimento psíquico da mulher no pós-parto: uma expressão da resistência ao modelo tradicional da maternidade*, traz uma reflexão sobre os modos femininos de vivenciar a maternidade. Afirma aquela autora que tal associação (capacidade reprodutiva e instinto materno) tem por objetivo “criar obstáculos à constituição da mulher sob outras referências, que a permitem circular em outros papéis sociais possíveis, além do materno, e a formar sua identidade de mulher de outras maneiras”. (Ramos, 2006, p. 80).

Diante da ausência de uma gravidez, logo a mulher é apontada como a responsável, seja pelo marido, seja pela família e até por ela mesma. Diferente da mulher solteira, para quem a cobrança parece até ser menor, ou melhor, cobram-lhe primeiro um marido antes de questionarem-na sobre a vinda de filhos, para a casada a exigência passa a ser justamente esta. Quando uma gravidez não acontece, é quase inevitável que venha a se culpar. O médico passa a ser seu melhor aliado na busca pela causa e solução da ausência de gravidez, que passa a ser a principal questão de sua vida e, ainda que busque realização em outras áreas, a vida parece não ter o mesmo brilho.

A partir da descoberta da infertilidade do marido, há uma tendência da mulher por, também, se assumir infértil, demonstrando que, para ela, o fato de ser o companheiro o infértil não parece ser o mais importante, mas, o fato de eles, enquanto um casal, não conseguirem ter filhos. Assumir-se infértil, juntamente com o marido, é uma escolha que possibilita uma cumplicidade conjugal, condição importante para a continuidade da relação, embora, a falta de um filho cause uma espécie de descoloramento na vida da mulher. Suas conquistas, planos, atividades e desejos não

conseguem lhe trazer o mesmo prazer.

A vida somente volta a ganhar sentido e colorido quando um filho surge. A mulher passa a se apropriar das atividades que realiza, passa a sentir prazer nas mínimas coisas que faz, posto que passa a se reconhecer naquilo que faz. A vida ganha cor, ganha vibração. Agora ela tem um *para quê* realizar escolhas, um *para quê* viver.

Optar por não gerar um filho, mesmo podendo fazê-lo, é seguir por um caminho que vai de encontro à expectativa social. Ao mesmo tempo em que é angustiante, pode ser pensado como uma abertura. Abertura para uma existência autêntica, quando o homem se torna responsável por sua própria existência e as escolhas são tomadas com a certeza de que são, naquele momento, a decisão mais acertada, mais condizente consigo mesmo.

Para as participantes da pesquisa, a adoção foi a decisão considerada mais acertada, possibilitando, ao mesmo tempo, se sentirem realizadas como mulher, uma vez que se tornaram mães, e permanecerem naquela relação amorosa com o homem que escolheram como companheiro.

A maternidade, então, torna-se uma escolha, que pode ou não ser realizada, sendo à mulher conferida a liberdade de escolher se deseja ser mãe, quando e como o fará. E quando decide ter um filho e encontra percalços no caminho, como a descoberta da infertilidade de seu companheiro, a adoção de uma criança surge como uma alternativa possível para conciliar o desejo por filhos e a permanência em uma relação amorosa com um homem infértil.

Escolher pode não ser tarefa fácil, pois decidir-se por algo significa dizer não a outras possibilidades. Quando uma mulher opta por permanecer numa relação amorosa com um homem infértil, está escolhendo, também, não ter filhos, pelo menos não advindos desta relação. Também, quando opta por cuidar da casa e dos filhos em

horário integral, está decidindo, também, não exercer atividades remuneradas, muitas vezes em um emprego que buscou por muito tempo. Caso decida-se pelo emprego, terá que deixar os filhos sob os cuidados de terceiros, decisão que pode vir acompanhada por críticas e pressões de toda ordem. Assim também acontece quanto à decisão de gestar um filho. Esta é uma escolha que a mulher tem que tomar em determinada época de sua vida, quando fisiologicamente seu organismo está preparado para a gravidez. Contudo, muitas vezes este período coincide com o desejo pela realização de outros projetos, como por exemplo, a busca por estabilidade financeira, pelo reconhecimento profissional, pela independência. A mulher atualmente está diante de diversas escolhas em sua vida, até pouco tempo impensáveis, e seriam necessárias várias “encarnações” para poder realizar tantos projetos. Uma só vida não bastaria. No que diz respeito à maternidade, aquela que adia este projeto está fazendo uma escolha arriscada, tendo em vista que esta procrastinação poderá não mais ter volta e, num futuro nem tão distante cronologicamente, a maternidade tornar-se-ia um sonho impossível.

Mansur (2003a) em pesquisa realizada com mulheres sem filhos, confirma ser devastador para muitas delas o fato de se perceberem com idade avançada, do ponto de vista fisiológico para gerar, e não terem tido filhos.

Podemos pensar que, para muitas mulheres na atualidade, a maternidade seja um tema que, ao mesmo tempo em que suscita sentimentos prazerosos, também favorece que elas carreguem consigo a angústia frente aos outros projetos que encontram diante de si.

Trazer outro olhar sobre a maternidade é falar sobre a constituição do humano, sobre a angústia frente às escolhas que a existência humana nos possibilita, mas que, por maiores que sejam nossos esforços, não conseguiremos dar conta de tudo o que desejamos fazer e ter.

A mulher do século XXI tem que se dividir entre os cuidados com a casa, a realização profissional, sem deixar de manter-se bonita, mostrar-se inteligente, bem-humorada e produtiva, ser boa esposa e boa mãe. Ela caminha na corda bamba da vida usando salto alto e ainda tem que fazê-lo equilibradamente, pois é isso que a sociedade espera dela, já que lutou por muitos anos para conquistar sua independência. Dar conta, com perfeição, de tantos papéis e atividades que a sociedade dita como necessários torna-se um grande desafio.

Vivenciar a experiência de uma adoção é se deparar, diariamente, com reações de surpresa e dúvida por parte da sociedade de forma geral, além de ouvir críticas e opiniões que revelam o preconceito social em relação a esta prática e a valorização de uma cultura que tende a valorizar os laços de sangue. A tendência, então, é que não se fale sobre o assunto, o que somente contribui para a permanência da visão estigmatizante que a adoção tem carregado nos últimos séculos.

As participantes da nossa pesquisa não geraram os seus filhos, não passaram pela experiência biológica, o que, de acordo com elas, por si só, já faz de uma mulher uma mãe. Mas, é no dia-a-dia, nos cuidados dedicados à criança, através da demonstração de sua devoção ao filho, que elas se reconhecem enquanto mães.

Ser mãe, então, não aparece como algo inato, mas como uma construção que vai acontecendo a partir da relação afetiva com aquele filho. Sentimentos de completude e realização, apontados pela literatura como presentes nas mulheres que têm filhos, são também descritos pelas mães por adoção. Dúvidas, medos, certezas e preocupações quanto ao bem-estar de seus filhos aproximam mães adotivas e mães biológicas, mostrando que no fenômeno da maternidade adotiva a diferença está na forma como o filho chegou à vida daquelas mães, e não na construção de um vínculo com ele, e que uma mulher pode perfeitamente se sentir mãe de uma criança, embora não a tenha

gestado.

Contudo, para as mães por adoção, existe um luto, uma falta, sobre como é gerar uma criança. Ao mesmo tempo em que há alegria e sentimento de completude pelo exercício materno, existe frustração, que pode ser acompanhada, ou não, por sofrimento, pela ausência da gestação, da experiência biológica de gestar um bebê em seu ventre. Será que num futuro próximo, quando não lhes for mais possível, biologicamente, engravidar, elas se arrependerão da decisão tomada? Esta é uma das várias perguntas que ficarão sem resposta.

Terminamos este trabalho com muitas curiosidades, em especial a respeito da visão do homem sobre sua infertilidade e como ele percebe sua companheira em relação a esta questão. Fica-nos a sensação de abertura para estudos futuros sobre o assunto, nos mostrando que o conhecimento, como atividade do existir humano, também está em constante construção.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amatuzzi, M. M. (2001). Pesquisa fenomenológica em psicologia. In M.A.T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: reflexões e perspectivas* (p. 15-22). São Paulo: Omega.

Ariés, P. (1981) *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Beauvoir, S. (1961). *O segundo sexo*. vol. 1 e 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro. (Texto original publicado em 1949)

Berthoud, C. M. E. (1997). *Filhos do coração*. São Paulo: Cabral editora Universitária.

Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. 16 (3), 233-239 [versão eletrônica, acesso em 13.02.2007].

Borders, L. D.; Black, L. K. & Pasley, B. K. (1988). Are adoption Children and Their Parents at Greater Risk for Negative Outcomes?. *Family Relations*. 47 (3), 237-241. [versão eletrônica, acesso em 20.07.2007] em <http://links.jstor.org/sici?sici=0197-6664%28199807%2947%3A3%3C237%3AAACATP%3E2.0.CO%3B2-C&access=1&origin=JSTOR-accessOptions>

Borlot, A. M. M. & Trindade, Z. A. (2004). As tecnologias de reprodução assistida e as representações sociais de filho biológico. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9 (4), 63-70.

Braga, M. G. R & Amazonas, M. C. L. A. (2005). Família: maternidade e procriação assistida. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 10 (1), 11-18. [versão eletrônica, acesso em 09.09.2006].

Braga, M. G. R. (2005). *Maternidade e tecnologias de procriação: o feminino na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado, UNICAP [versão eletrônica, acesso em 13.02.2007] em <http://bdt.d.ibict.br/>

Bruns, M. A. T & Trindade, E. (2001). Metodologia Fenomenológica: a contribuição da Ontologia-Hermenêutica de Martin Heidegger. In M.A.T Bruns & A. F Holanda (Orgs). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: reflexões e perspectivas* (p. 67-82). São Paulo: Omega.

Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Costa, R. G (2002). Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Estudos feministas* (Florianópolis), 10 (2), 339-356 [versão eletrônica, acesso em 19.12.2006].

Critelli, D. M. (2006). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. (2ª Ed.). São Paulo: Brasiliense.

Cuschnir, L & Micheloti, M. V. L. (1999). Uma abordagem do masculino e do feminino. As questões de gênero em evidência. In O. F. Leite Netto (Org.), *A psicoterapia na instituição psiquiátrica* (pp. 129-146). São Paulo: Ágora.

D’Incao, M. A. (2006). Mulher e família burguesa. In M. Del Priore (Org). *História das mulheres no Brasil* (p. 223-240). São Paulo: Contexto.

Daniluk, J. C. (2001). Reconstructing their lives: A longitudinal, qualitative analysis of the transition to biological childlessness for infertile couples. *Journal-of-Counseling-and-Development*. 79 (4), 439-449. [versão eletrônica, acesso em 20.07.2007] em <http://aca.metapress.com/app/home/contribution.asp?referrer=parent&backto=issue,7,14;journal,24,31;linkingpublicationresults,1:112973,1>

Del Priore, M. (2000). *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto.

Diniz, G. R. S. (2006). Modos de ser femininos, relações de gênero e sociabilidades no Brasil. Seminário Internacional fazendo gênero 7. Florianópolis, SC. Gênero e preconceitos: anais [recurso eletrônico]. Orgs. Cristiana Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri, Tânia Regina Oliveira Ramos. Ed. Mulheres. [Acesso em 06.05.2007] em http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Glucia_Diniz_05_B.pdf

Down, M. (2006). *Os homens são necessários?: quando os sexos entram em choque*. Tradução Luciana Persice Nogueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ducatti, M. A. G. (2004). *Diálogos sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dutra, E. (2000). *Compreensão de tentativas de suicídio de jovens sob o enfoque da abordagem centrada na pessoa*. Tese de doutorado, USP, 210p.

Dutra, E. (2002). A narrativa como técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 7 (2), 371-378.

Falci, M. K. (2006). Mulheres do sertão nordestino. In M. Del Priore (Org). *História das mulheres no Brasil* (p. 241-277). São Paulo: Contexto.

Ferreira, A. B. H. (1988). *Dicionário Aurélio Escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Ferreira, S. A.; Pires, A. e Salvaterra, F. (2004). Filho do coração...: adoção e comportamento parental. *Análise Psicológica*. 22 (2), 399-411 [versão eletrônica, acesso em 13.02.2007].

Figueiredo, L. C. M. (1999). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: EDUC : Escuta, 184p.

- Gasparini, E. V. R. (2006). *Experiências com casais inférteis que utilizam a medicina reprodutiva: um estudo psicanalítico*. Tese de doutorado, PUC-Campinas. [versão eletrônica, acesso em 13.02.2007] em <http://bdtd.ibict.br/>
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 01-51.
- Heidegger, M. (1927/1999). *Ser e Tempo*. (8ª Ed.). Petrópolis, R.J: Vozes, v. I, p. 218-230.
- Heidegger, M. (1979). *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução, introdução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores), p. VII-XIII.
- Heidegger, M. (1981). *Todos nós ... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. Apresentação, tradução, notas e epílogo Sólón Spanoudis; tradução e comentários Dulce Mara Critelli. São Paulo: Moraes.
- Holanda, A. F. (2001). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. In M.A.T Bruns & A. F Holanda (Orgs). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: reflexões e perspectivas* (p. 35-55). São Paulo: Omega.
- Luna, N. (2005). Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, saúde-Manguinhos*, 12 (2), 395-417. [versão eletrônica, acesso em 06.10.2006].
- Maldonado, M. T. (1997). *Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos*. São Paulo: Saraiva.
- Mansur, L. H. B. (2003a). *Sem filhos: a Mulher Singular no Plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mansur, L. H. B. (2003b). Experiência de mulheres sem filhos: a Mulher Singular no Plural. *Psicologia Ciência e profissão*, 23 (4), 2-11. [versão eletrônica, acesso em 09.09.2006].
- Martins, J. & Bicudo, M. A. V. (1994). *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 110p.
- Merleau-Ponty. (1996). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, p. 01-20.
- Minayo, M.C.S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p. 09-29.
- Moreira, A. R. & Dutra, E. (2006). Perspectiva sócio-histórica e abordagem humanista-existencial: reflexões sobre o conceito de subjetividade. In *Vivência*, nº 31. Natal: UFRN, 49-59.

- Moreira, A. R. L. (2004). *Compreensão da experiência do sofrimento de mulheres na relação amorosa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Motta, M. A. P. (1997). Adoção: Algumas considerações psicanalíticas. In E. R. Nazareth (Coord.), *Direito de Família e Ciências Humanas – caderno de estudos nº 1* (pp. 121-139) Editora Jurídica Brasileira LTDA.
- Motta, M. A. P. (2005). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.
- Moura, S. M. S. R. & Araújo, M. F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia Ciência e profissão*, 24 (1), 44-55. [versão eletrônica, acesso em 09.09.2006].
- Negreiros, T. C. G. M & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Rio de Janeiro), 4 (1), 34-47. [versão eletrônica, acesso em 22.12.2006].
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significado e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Penha, J. (1988). *O que é existencialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.
- Ramos, F. R. A. S. R (2006). *O sofrimento psíquico da mulher no pós-parto: uma expressão da resistência ao modelo tradicional da maternidade*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. [versão eletrônica, acesso 03.05.07] em <http://btd.ibict.br/>
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia. (Natal)*, 8 (1), 25-36.
- Roehe, M. V. (2006). Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 153-158.
- Rogers, C. (1991). Em busca de uma perspectiva moderna dos valores: o processo valorizador na pessoa madura. In C. Rogers & B. Stevens. *De pessoa para pessoa: o problema de Ser Humano: uma nova tendência na psicologia*. São Paulo: Pioneira.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 115-179.
- Safra, G. (2004). *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.
- Santos, L. S. (1998a). Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno. *Serviço Social e Sociedade*, 57, 99-107.
- Santos, N. P. F. (1998b). As possibilidades de satisfação na adoção. *Psicologia teoria e pesquisa*. 4 (2), 113-128.

- Sapienza, B. T. (2004). *Conversa sobre terapia*. São Paulo: EDUC; Paulus.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 5 (8), 47-60. [versão eletrônica, acesso em 05.12.2006] em: <http://www.interface.org.br/revista8%5Censaio3.pdf>.
- Schetinni Filho, L. (1998a). *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço.
- Schetinni Filho, L. (1998b). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.
- Schetinni Filho, L. (1999). *Adoção: origem, segredo e revelação*. Recife: Bagaço.
- Schetinni, S. S. M.; Amazonas, M. C. L. A. e Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo* (Maringá). 11 (2), 285-293. [versão eletrônica, acesso em 20.07.2007].
- Seierstad, A. *O livreiro de Cabul*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- Siega, C. M. & Maciel, S. K. (2005). Aspectos psicológicos que envolvem a adoção em um sistema familiar. In R. M. Cruz; S. K. Maciel; D. C. Ramirez (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 121-141.
- Souza, D. B. L. de, & Ferreira, M. C. (2005). Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 10 (1), 19-25. [versão eletrônica, acesso em 09.09.2006].
- Szapiro, A. M. & Féres-Carneiro, T. (2002). Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (1), 179-188. [versão eletrônica, acesso em 06.10.2006].
- Teixeira, E. T. N. (1999). *Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos*. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, p. 14-34; 68-71. [versão eletrônica, acesso em 05.12.2006] em <http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1999/teixeiraetnm/capa.pdf>.
- Trindade, Z. A. & Enumo, S. R. F. (2002). Triste e Incompleta: Uma visão Feminina da Mulher Infértil. *Psicologia USP*, 13 (2), 151-182 [versão eletrônica, acesso em 09.09.2006]
- Trindade, Z. A. (1999). Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. [conferência]. In I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Salvador. Acessado em 05 de dezembro de 2006 do World Wide Web: <http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999/F001.html>
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 175p.
- Vasconcelos, F & Andrade, M. C. M. (2004). A mulher professora: gênero e constituição da identidade docente. *Cadernos ANPEd*. Rio de Janeiro.

Vieira, J. M. (2004). *Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas. [versão eletrônica, acesso 13.02.07] em <http://bdtd.ibict.br/>

Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Editora Juruá.

Wegar, K. (2000). Adoption, Family ideology, and Social Stigma: Bias in Community Attitudes, Adoption Research, and Practice. *Family Relations*, 49 (4), 363-370. [versão eletrônica, acesso em 12.06.2007] em <http://www.apa.org/psycinfo/>

Anexo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Psicologia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título do projeto: Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança.

Pesquisadora: Ana Andréa Barbosa Maux

Formação: psicóloga (CRP 13/3169)

Telefone: (84) 9986-1854

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo do presente trabalho é compreender a experiência da maternidade adotiva em mulheres que biologicamente podem gerar, mas cujos companheiros são inférteis.

Para tal, serão realizadas entrevistas que poderão durar a princípio cerca de uma hora, durante as quais serão feitas perguntas à informante, sempre visando alcançar os objetivos deste empreendimento e dentro do intuito maior que é contribuir para a construção do conhecimento científico.

Com a finalidade de trabalharmos dentro de uma ética estabelecida para a pesquisa psicológica, a informante tomará ciência dos princípios abaixo discriminados e que regerão sua participação.

Este TERMO, em duas vias, é para certificar que eu, _____, concordo em participar deste projeto científico, bem instruído neste termo de consentimento, de acordo com os seguintes princípios:

Autonomia: considero preservada minha participação como voluntária, sem coerção pessoal ou institucional, dando minha permissão para ser entrevistada e para estas entrevistas serem gravadas em aparelho de MP3. Estou ciente de que sou livre para recusar e dar respostas a determinadas questões durante as entrevistas, retirar meu consentimento e

terminar minha participação a qualquer tempo, bem como terei a oportunidade para perguntar sobre qualquer questão que eu desejar, e que todas deverão ser respondidas pela pesquisadora a meu contento.

Beneficência: estou ciente de que poderá não haver benefícios diretos para mim enquanto entrevistada deste estudo, além de eventuais ganhos altruísticos e emocionais de poder falar sobre o assunto em pauta. Sei também que poderá haver alguma mudança positiva nos cuidados dispensados às mulheres que passam pela mesma experiência que eu, após outros profissionais tomarem conhecimento das conclusões desta pesquisa.

Não-maleficência: Estou ciente de que estará garantida a não invasão de minha privacidade. Sei que, além da pesquisadora, o material coletado na entrevista poderá ser conhecido por colegas pesquisadores, especialistas da área, ou seja, poderão conhecer trechos do conteúdo para discussão dos resultados, mas meu nome será omitido e estas pessoas estarão sempre submetidas às normas do sigilo profissional. O relatório final estará disponível para todos quanto estiver concluído o estudo, inclusive para apresentação em encontros científicos e publicações em revistas especializadas, podendo conter citações literais da entrevista, mas sempre de modo anônimo e evitando a identificação do informante. Finalmente, estou ciente de que serei respeitada quanto a não mencionar aspectos de foro íntimo, a não ser quando for de minha concordância abordá-los.

Pesquisadora: _____

Entrevistada: _____

Entrevista nº: _____

Local: _____

Data: ___/___/____ .

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)